

Universidade Federal de Juiz de Fora  
Instituto de Ciências Biológicas



# Plano Diretor

(2023 - 2033)



**Dezembro de 2022**

## **Contextualização**

*A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) tem como marco inicial de sua história o dia 23 de dezembro de 1960, quando o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira sancionou a Lei nº 3858 tornando federalizadas as faculdades já existentes na cidade (Direito, Economia, Engenharia, Farmácia, Medicina e Odontologia). Nove anos depois, o campus sede foi construído e inaugurado. Na década de 70, com a Reforma Universitária, a UFJF passou a contar com três institutos básicos hoje existentes, o Instituto de Ciências Exatas (ICE), o Instituto de Ciências Humanas (ICH) e o Instituto de Ciências Biológicas, o nosso ICB.*

*Com uma área de aproximadamente 16.000 metros quadrados, a história do ICB se mistura com a história da UFJF. Atendendo a todos os cursos das áreas das Ciências Biológicas e da Saúde e, também, aos cursos de Química, Medicina Veterinária e Psicologia, aproximadamente 2.500 estudantes frequentam suas instalações. Dois cursos, em especial, têm no ICB sua referência de início e conclusão, quais sejam, o Curso de Ciências Biológicas (licenciatura e bacharelado) e o Curso de Nutrição (bacharelado). Ao longo de sua história, além dos cursos de graduação que tem sua sede no ICB, a qualificação do seu corpo docente permitiu a implementação de dois cursos de Pós-Graduação stricto sensu em níveis de mestrado e doutorado: o Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Conservação da Natureza e o Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas. Além desses, o ICB oferece à sociedade brasileira a formação de profissionais na área de educação por meio do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Biologia.*

*A história do ICB revela com dados expressivos seu crescimento e nos conclama à necessidade urgente de planejar suas ações, passando desde as questões orçamentárias, organização de espaço físico, atividades acadêmicas, política interna de recursos humanos, entre outros. As limitações trazidas pelo crescimento não planejado nos impõem hoje desafios ainda maiores, acrescidas da eminente necessidade de olharmos para o futuro adicionando elementos-chave que norteiam, obrigatoriamente, a sociedade atual. A necessidade de imprimir sustentabilidade em nossas atividades nos convida a uma profunda reflexão sobre o uso de nossos recursos (físicos, financeiros e humanos), tendo como referência o fato de que somos passageiros em um processo de construção para o futuro ao passo que as instituições são perenes. Assim, temos compromisso com o êxito, o sucesso e a formação de muitos brasileiros que anseiam por estar em uma Universidade Pública, berço, por excelência, do conhecimento e da formação de muitos daqueles que formam nossa sociedade. O planejamento é, além de uma necessidade, um exemplo de como aumentar a eficiência de nossas atividades, atuando de forma presente, mas com um olhar para o futuro, ampliando a visão do compartilhamento como solução adicional para as diversas demandas.*

*Nesse contexto, convidamos você, servidor(a) e estudante, a fazer parte dessa história, na certeza de que o envolvimento de todos e todas, com uma visão do coletivo sobre o individual, é pedra fundamental para um crescimento sólido e sustentado do ICB.*

Comissão Plano Diretor do ICB

*“O planejamento de longo prazo não lida com decisões  
futuras, mas com o futuro de decisões presentes”*

(Peter Drucker)

### ***Desenvolvimento e metodologia para construção do Plano Diretor***

A proposta de criação do Plano Diretor (PD-ICB) foi apresentada e aprovada em reunião ordinária do Conselho de Unidade do ICB em 20 de agosto de 2020, quando também se constituiu a comissão elaboradora do Plano composta pelos servidores Profa. Alice Belleigoli Rezende, pela Técnica Administrativa em Educação, Bárbara Elizabeth Ribeiro Penido e pelo Prof. Roberto Júnio Pedroso Dias. Compuseram também a comissão os professores Gilson Costa Macedo (representando a vice-direção do ICB) e Lyderson Facio Viccini (representando a Direção do ICB).

Em um contexto de pandemia, o trabalho foi interrompido por várias vezes, uma vez que decisões urgentes surgiam em todo momento. A dinâmica epidemiológica nos apresentou cenários nunca imaginados, obrigando-nos a conjugar atividades presenciais e isolamento social, com a máxima cautela. A grandiosa colaboração do ICB na realização do diagnóstico da Covid-19 constituiu, por exemplo, uma das atividades que demandou muita energia. O retorno de atividades didáticas presenciais impôs a elaboração de um criterioso planejamento para proteger as pessoas e, paralelamente, permitir o retorno gradual da presencialidade. Neste contexto, em função da compreensão, dedicação e seriedade da comunidade do ICB, pudemos retornar, aos poucos, com sucesso e sem intercorrências.

A Comissão indicada pelo Conselho de Unidade trabalhou, durante todo o tempo, na medida do possível, com reuniões semanais.

Em fevereiro de 2022, os eixos estruturantes do Plano foram apresentados à comunidade do ICB, que por sua vez, teve a oportunidade de se manifestar por meio de um formulário eletrônico. A partir das contribuições recebidas, os eixos e subeixos foram divididos entre os membros da Comissão que passaram, então, a detalhar a estrutura inicialmente pensada. Após elaboração da versão preliminar do Plano, esta foi apresentada à comunidade acadêmica, a qual pôde opinar e contribuir através de novo formulário eletrônico. Além disso, na ocasião, a Comissão esteve disponível para conversa presencial com a comunidade do Instituto em duas diferentes datas, comunicadas previamente. Todas as 122 contribuições recebidas da comunidade acadêmica foram cuidadosamente analisadas pela Comissão.

Propõem-se que o desenvolvimento das atividades associadas a cada eixo/subeixo,

após aprovação do Plano no Conselho de Unidade, ocorra conforme cronograma anexo, constituindo-se Comissões e Grupos de Trabalho. Importante notar que muitas das ações propostas dependem da interlocução com a Administração Central, do contexto econômico e das diretrizes impostas pelo cenário nacional. Essas variáveis conferem uma natureza dinâmica de execução do Plano, que precisa ser revisto, pelo menos a cada dois anos, com vistas à revisão e ajustes no cronograma.

### ***Propósito e Execução do Plano Diretor***

O propósito de elaboração do Plano Diretor do ICB baseia-se nas seguintes necessidades:

- ✓ Atendimento à comunidade acadêmica;
- ✓ Envolvimento da comunidade acadêmica nas tomadas de decisão sobre os rumos do ICB;
- ✓ Respaldo para tomadas de decisão;
- ✓ Melhoramento das condições de trabalho, buscando maior eficiência e produtividade;
- ✓ Planejamento futuro das ações do Instituto frente à realidade contemporânea.

Com base nas necessidades acima expostas, recomenda-se que as ações descritas nesse Plano sejam, quando pertinente, encaminhadas por comissões/grupos de trabalho criadas(os) com as mais diferentes finalidades. As comissões/grupos de trabalho, assim como a dinâmica de seu funcionamento, seriam referendadas(dos) no âmbito do Conselho de Unidade ao qual também caberia a indicação de uma Comissão Gestora. Dessa forma, sugere-se que, para execução das atividades propostas no Plano Diretor, seja constituída uma Comissão Gestora e, pelo menos, uma Comissão para cada um dos Eixo do Plano. Essas comissões seriam responsáveis por delinear as ações e constituir grupos de trabalho relativos a cada temática. A título de sugestão e exemplo, seriam criadas comissões permanentes (anuais) para tratar de temáticas ligadas ao Ensino, Pesquisa e Extensão. Demandas diversas surgem a todo momento, não sendo raras as questões que suscitam a criação de comissões no Conselho de Unidade. A necessidade de se criar comissões no Conselho de Unidade demanda a convocação de reuniões com pauta específica, muitas vezes extraordinárias, fato que pode prolongar as tomadas de decisão. A convocação do Conselho para uma referida temática seria feita, dessa

maneira, com o objetivo de deliberar sobre o trabalho/proposta da referida Comissão.

Entende-se que esse procedimento torna a administração mais ágil, dinâmica, moderna e possibilita o envolvimento de vários membros da comunidade, pois são várias as frentes de trabalho. Dessa forma, construiremos juntos o futuro de nosso Instituto.

## Sumário

1. MACROPOLÍTICAS .....	8
1.1 Ensino .....	8
1.2 Pesquisa .....	11
1.3 Extensão .....	16
1.4 Inovação .....	18
1.5 Cultura .....	20
2. INTERVENIENTES.....	21
2.1 Internacionalização.....	21
2.2 Sustentabilidade .....	22
3. SUSTENTAÇÃO .....	29
3.1 Infraestrutura.....	29
3.2 Tecnologia da informação.....	34
3.3 Segurança.....	37
3.4 Identidade e Comunicação .....	45
4. GESTÃO .....	47
4.1 Patrimônio .....	47
4.2 Pessoas .....	50
4.3 Processos.....	54
4.4 Recursos financeiros.....	59
5. AVALIAÇÃO .....	60
5.1 Planejamento estratégico .....	60
5.2 Meta-avaliação .....	63
5.3 Comissão Especial de Continuidade/Proseguimento .....	64
6. CRONOGRAMA .....	65
7. REFERÊNCIAS.....	70
ANEXO .....	76

## **1. MACROPOLÍTICAS**

### **1.1 Ensino**

Em seu Art. 207, a Constituição Federal estabelece os pilares que definem o papel das universidades brasileiras perante a sociedade: *ensino, pesquisa e extensão*. O Tripé Universitário rege a missão e o dever das instituições de ensino superior (IES) no Brasil e é, por conseguinte, o norteador das atividades na UFJF e no nosso Instituto.

Neste contexto, a dimensão primeira ou pilar fundamental das IES é o ensino, composto pelas práticas educacionais da graduação e pós-graduação. O nosso ICB oferece a parte básica de todas as graduações da área de Saúde da UFJF: Medicina, Odontologia, Enfermagem, Fisioterapia, Farmácia, Educação Física e Nutrição, sendo que é sede deste último curso assim como dos cursos de Ciências Biológicas (bacharelado e licenciatura). Atende também os cursos de Medicina Veterinária, Química e Psicologia, totalizando 12 graduações que incluem as áreas de Ciências da Saúde, Ciências Exatas e Ciências Humanas. Em relação à Pós-Graduação, o Instituto possui três programas, com oferta de vagas para Mestrado e Doutorado: Mestrado e Doutorado em Ciências Biológicas – Imunologia e Doenças Infecto-Parasitárias/Genética e Biotecnologia (PPGBio); Mestrado e Doutorado em Biodiversidade e Conservação da Natureza e o Mestrado Profissional em Ensino de Biologia (PROFBIO). Em adição, o ICB oferece o curso de pós-graduação *lato sensu* em Ciências Biológicas (condicionada à abertura de edital específico), na modalidade à distância, por meio do Centro de Educação à Distância (CAED).

O corpo docente do Instituto é composto por 120 professores que estão distribuídos em dez departamentos: Anatomia, Biologia, Bioquímica, Botânica, Farmacologia, Fisiologia, Morfologia, Nutrição, Parasitologia-Microbiologia-Imunologia e Zoologia. Estes professores são responsáveis por ministrar, semestralmente, aproximadamente 250 disciplinas de graduação e 65 de pós-graduação, com pequenas variações. E a cada semestre, aproximadamente 2500 alunos de graduação e de pós-graduação frequentam e utilizam regularmente as dependências do ICB para sua formação.

Atualmente, o Instituto conta com salas de aula e laboratórios de ensino em dois pavimentos, incluindo o antigo ICH (agora conhecido como Setor B) anexado em 2014 à estrutura do ICB. Entretanto, apesar desta aquisição, os espaços ainda são insuficientes para



as demandas crescentes do Instituto, e carecem de ampliação, reorganização, além de algumas melhorias.

#### *1.1.1 Melhoria dos espaços de ensino*

O presente Plano propõe a melhoria dos espaços de ensino já existentes através: da manutenção constante e programada, com substituição ou ampliação quando necessário, da estrutura básica das salas de aula e laboratórios de ensino (quadros, telas de projeção, mesas/bancadas, carteiras/bancos, janelas/persianas, tomadas/lâmpadas, fechaduras); da ampliação e disponibilização de recursos audiovisuais (computadores, projetores de imagem) nestes espaços; da priorização de verbas para aquisição do material de consumo/permanente, assim como os equipamentos necessários para o adequado funcionamento dos mesmos. Em adição, se propõe a disponibilização de rede de internet eficiente em todos os espaços de ensino do Instituto.

As propostas do Plano também incluem a ampliação e a criação de novos espaços de ensino, além de acessos físicos mais adequados aos espaços já existentes (vide 3.1.1 Infraestrutura/Otimização do espaço físico).

#### *1.1.2 Ampliar a oferta de novos cursos*

Com a melhoria dos espaços de ensino, o Plano também propõe a discussão e o estímulo à criação de novos cursos no Instituto, principalmente, nos horários em que os nossos espaços são pouco utilizados, como no período noturno. A oferta de cursos noturnos amplia o funcionamento do ICB, ainda muito restrito no período da noite, aos moldes de outros Institutos, trazendo benefícios a toda comunidade acadêmica, e ampliando a oferta de graduações a uma parcela da população carente de possibilidades.

O Plano propõe também a discussão e estímulo à criação de oportunidades de ensino ainda não ofertadas pelo Instituto como as “Residências”, que fazem inclusive interface com as atividades de extensão.

#### *1.1.3 Ligas acadêmicas*

As ligas acadêmicas são associações estudantis, sem fins lucrativos, que configuram uma estratégia extracurricular cujo objetivo é promover um aprofundamento teórico-prático das atividades trabalhadas em sala de aula, complementando a formação dos estudantes, por

meio de ações que promovam a articulação entre o ensino, pesquisa e extensão.

Toda liga tem que ter um estatuto que regulamenta seu funcionamento. O estatuto deve ser apresentado como o projeto de criação da liga, a ser avaliado pelos órgãos institucionais competentes. No estatuto, deve constar a justificativa para formação da liga, suas finalidades, princípios, competências dentro da instituição e o regimento, indicando atividades dos membros, a estrutura de diretoria, tutores/orientadores, os deveres da liga frente aos órgãos da universidade, além de previsões sobre créditos acadêmicos e sanções.

Atualmente, 09 ligas acadêmicas em atividade estão vinculadas à orientação de professores do ICB:

- Liga Acadêmica de Anatomia Aplicada à Saúde (LAAACC)
- Liga Acadêmica de Imunologia Aplicada (LAIA)
- Liga Acadêmica de Parasitologia (LAPAR)
- Liga Acadêmica de Microbiologia (LAMIC)
- Liga Acadêmica de Infecções Sexualmente Transmissíveis (LAIST)
- Liga Acadêmica de Fisiologia Aplicada à Saúde
- Liga Acadêmica de Medicina do Exercício e do Esporte (LAMEXE)
- Liga de Cuidados Paliativos
- Liga Acadêmica de Farmacologia Aplicada à Medicina (LAFAM)

Em adição, a Liga de Nutrição e a Liga Acadêmica de Bioquímica Médica estão em processo de construção e aprovação. Apesar dos orientadores e da maior parte das atividades estarem no ICB, todas as ligas em atividade estão vinculadas à Faculdade de Medicina. O Plano propõe a vinculação destas ligas ao ICB, assim como, a criação de novas ligas ampliando as atividades de ensino do Instituto. Como o ICB atende a estudantes de diferentes cursos e áreas, as ligas do Instituto teriam um importante aspecto multiprofissional.

Na complexidade da palavra ensino, o Plano Diretor também inclui o estabelecimento de uma política de capacitação que estimule a criação de grupos, espaços e eventos para a discussão e o aprimoramento em temas relacionados ao processo de ensino-aprendizagem, metodologias de ensino, elaboração de material didático, avaliações somativas e formativas, entre outros de interesse da comunidade acadêmica do Instituto (vide 4.2.2 Gestão/Pessoas/Capacitação).

## **1.2 Pesquisa**

O conceito de Universidade no Brasil e no mundo está atrelado às tarefas de geração e divulgação do conhecimento, sendo assim, a pesquisa é indissociável do ensino de graduação e de pós-graduação. Ainda, em relação ao conceito contemporâneo de Universidade, estão atrelados os esforços de criação de vínculos transformadores da sociedade, o que conecta pesquisa, extensão e inovação. Sendo assim, a pesquisa transpassa sua função primordial de geração de conhecimento e se torna um elemento importante para a sociedade.

O PD/ICB é o documento no qual o Instituto tem a oportunidade de olhar para seu presente e projetar seu futuro. Assim como todas as outras Unidades Acadêmicas da UFJF, o ICB necessita refletir sobre como propiciar cursos de Pós-Graduação de excelência, pesquisas referenciais, e produção de inovação tecnológica e acadêmica científica. Com mais de 60 anos de existência, a UFJF possui histórico recente de fortalecimento e expansão da pesquisa e pós-graduação. Após o período de redemocratização do país, na década de 1980, e dos desafios de fortalecimento da democracia e estabilização da economia na década de 1990, surgem os primeiros programas de pós-graduação (PPGs) da UFJF, sendo que a grande expansão e busca de consolidação dos PPGs aconteceram nos anos 2000. Os desafios institucionais atuais para pesquisa, que se refletem no âmbito do ICB, são a diminuição de financiamento à pesquisa e a necessidade de construir níveis de excelência na pesquisa e pós-graduação, exigindo uma gestão estratégica e participativa. Neste item do PD/ICB, serão abordadas ações que estimulem a colaboração entre os grupos de pesquisa do ICB, ampliação dos Laboratórios Multiusuários, fortalecimento da Pós-graduação e, ainda, a ampliação dos eventos científicos na Unidade.

### **1.2.1 Estimular pesquisas em colaboração**

Com intuito de ampliar as colaborações científicas no Instituto, sugere-se a criação de uma Comissão com a missão de listar todos os equipamentos disponíveis no instituto, bem como listar e propor mecanismos para disseminar ações científicas das distintas linhas de pesquisa realizadas na unidade (ver item 3.4.3).

Dentre as possíveis ações da Comissão de Integração Científica (CIC-ICB), destacamos:  
<sup>1</sup>estudar as principais áreas de produção de conhecimento científico e tecnológico no Instituto, por meio do levantamento de projetos e produção bibliográfica; <sup>2</sup>criar e orientar

um grupo de trabalho com a finalidade de investigar as distintas fontes de apoio financeiro aos projetos de pesquisa e ações integradas já desenvolvidas no Instituto, com intuito de ampliá-las; <sup>3</sup>criar e orientar um grupo de trabalho com a finalidade de acompanhar e sugerir ações de ampliação e melhor divulgação dos Laboratórios Multiusuários; <sup>4</sup>criar e orientar um grupo de trabalho para disseminar, entre os grupos de pesquisa do ICB, a prática do estabelecimento de metas de impacto usando descritores cada vez mais modernos e em consonância com os anseios científicos nacionais e internacionais; <sup>5</sup>criar e orientar um grupo de trabalho para realizar a divulgação científica dos projetos científicos, publicações e ações de inovação e tecnologia desenvolvidas nos Instituto, tanto para a comunidade interna do ICB, quanto para público amplo, com apoio da Diretoria de Imagem Institucional.

A Comissão de Integração Científica poderá, ainda, desenvolver ações que ampliem a participação dos Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) na pesquisa realizada no Instituto; estimular e propor alternativas para ampliação da capacitação de TAEs, docentes e discentes de pós-graduação; estimular novos vínculos científicos entre pesquisadores do Instituto com outras áreas acadêmicas da UFJF e de outras instituições de pesquisa no país e no exterior, com criação de convênios formais junto à Diretoria de Relações Internacionais; estimular a produção de livros e capítulos de livros pela editora da UFJF (principalmente e-Books); estimular a ampliação de pesquisas integradas, envolvendo pesquisadores do ICB, nas áreas do Jardim Botânico (JB/UFJF) e do Núcleo de Integração Acadêmica para a Sustentabilidade Socioambiental (NIASSA/UFJF); propor criação de disciplina científica integrada entre os Programas de Pós-graduação do Instituto (PPGCBIO, PPGBiodiversidade e Conservação da Natureza e PROFBio) com a finalidade de divulgar informações e ações de pesquisa integradas desenvolvidas pela CIC-ICB (Laboratórios multiuso, captação de recursos, metas de impacto científico); e sugerir ações de gestão acadêmica para agilizar atividades desenvolvidas pela Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA), na criação do biotério do Instituto e na reorganização dos espaços e infraestrutura.

### *1.2.2 Fortalecimento de Laboratórios Multiusuários*

O fortalecimento dos Laboratórios Multiusuários da UFJF constitui política recente e importante implantada pela Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (PROPP) nas duas últimas décadas. No ICB, essa diretriz possibilitou a concentração de esforços que permitiram

a instalação de infraestrutura de elevada complexidade para o atendimento de grande parte da comunidade acadêmica interna, e também, de usuários externos. Espera-se que com a intensificação da divulgação desses laboratórios, haja maior direcionamento de verba institucional e captada por meio de projetos de pesquisa no ICB para manutenção e ampliação das estruturas multiusuárias do Instituto. É importante destacar o empenho do Instituto para fortalecimento do quadro de TAEs para viabilizar ampla utilização do parque de equipamentos.

A premissa básica que norteia as ações de utilização dos Laboratórios Multiusuários na UFJF é a ampliação do acesso aos espaços de pesquisa e a otimização do uso de todos os equipamentos e recursos públicos por toda a comunidade científica – interna e externa. Os laboratórios de Pesquisa e equipamentos Multiusuários deverão: (a) ser cadastrados e publicados pelos docentes responsáveis na Plataforma Nacional de Infraestrutura de Pesquisa MCTI (PNIPE), (b) possuir equipamentos (médio ou grande porte), (c) possuir regulamentação interna apropriada (agendamento, responsabilidades de manutenção) à utilização multiusuária, (d) gerência coletiva, e (e) possuir *website* próprio.

Conforme censo recente apresentado pela PROPP/UFJF, o ICB possui 55 laboratórios cadastrados institucionalmente, entretanto, apenas dois possuem caráter multiusuário: o Laboratório Integrado de Pesquisa (LIP), criado em 2014, que está diretamente vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas (PPGC BIO) e o Laboratório Multiusuário de Pesquisas em Biodiversidade (MULTIBIO), aprovado em 2021, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Conservação da Natureza.

Os dois laboratórios LIP e MULTIBIO possuem caráter multidisciplinar e funcionam como uma plataforma de apoio aos projetos dos pesquisadores vinculados aos PPGs PPGC BIO e PPG Biodiversidade e Conservação da Natureza. Ambos os laboratórios disponibilizam ainda sua infraestrutura a pesquisadores de outros programas/instituições, mediante aprovação pelo colegiado. Toda a manutenção é realizada com recursos dos PPGs e em parceria com o ICB. Grande parte dos equipamentos foram adquiridos através dos recursos dos PPGs e de projetos multidisciplinares (CT-INFRA FINEP). Os dois laboratórios apresentam infraestrutura (espaço físico e equipamentos) e servidores que atuam nesses espaços (TAEs e docentes dos PPGs), tendo como objetivos amplos: (a) apoiar e fortalecer os programas de pós-graduação e os cursos de graduação da UFJF, e (b) agregar de forma operacional facilidades e equipamentos para condução mais eficiente de pesquisa científica no Instituto, bem como (c)

permitir a implantação de projetos interdisciplinares em pesquisa básica e aplicada.

Em consonância com atual Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2022-2026) da UFJF, as principais ações necessárias para o fortalecimento das estruturas multiusuárias do ICB envolvem: (a) uma política institucional detalhada de regulamentação dos laboratórios multiusuários, (b) elaboração de editais institucionais específicos para manutenção da estrutura multiusuária, (c) ampliação do quadro de servidores TAEs com capacitação para atuarem nos laboratórios, (d) maior alocação de recursos da UFJF e do ICB para manutenção e expansão de estrutura multiusuária implantada, (e) ampliação da captação de recursos financeiros pela prestação de serviços a outros órgãos de pesquisa, dos setores público e privado, bem como (f) agilizar parceria com a iniciativa privada, potencializando captação de recursos financeiros.

### 1.2.3 Fortalecimento dos Programas de Pós-graduação

A produção científica e a formação de profissionais altamente especializados é um compromisso das universidades públicas no país. A UFJF possui 44 programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, sendo 26 com mestrado/doutorado, 11 com mestrado acadêmico e sete com mestrado profissional. Dentre os PPGs *Stricto Sensu* da UFJF, apenas 25% possui conceito 5 na CAPES, o que ressalta a necessidade de grande investimento para a evolução e consolidação da pós-graduação. Esse cenário será atualizado com a divulgação da avaliação pela CAPES do quadriênio 2017-2020.

Os três PPGs que funcionam no ICB (PPGCBIO, PPGBiodiversidade e PROFBIO), atualmente, têm nota 4 na CAPES. Uma das principais metas em curto prazo para os três PPGs é atingir o conceito 5 na CAPES, para, posteriormente, pleitear conceito 6 para os PPGs com Doutorado e, a abertura de Doutorado Profissional no PROFBIO. Como os PPGs que funcionam no ICB não abrangem todas as linhas de pesquisa desenvolvidas por docentes do Instituto, outra meta central para ações na Pós-Graduação desenvolvidas pelo Instituto é o estímulo à elaboração de novas propostas de APCNs (Aplicativo para Propostas de Cursos Novos), que sejam robustas e reflitam a consolidação necessária para julgamento frente à CAPES.

As principais ações necessárias ao aprimoramento dos Programas de Pós-graduação sediados no ICB são: <sup>1</sup>gestão integrada, com a organização de uma secretaria técnico-administrativa unificada e fortalecida; <sup>2</sup>ampliação da captação de recursos financeiros em agências/empresas nacionais e internacionais; <sup>3</sup>ampliação do parque de equipamentos e

fortalecimentos dos laboratórios multiusuários; <sup>4</sup>expansão das ações de impacto social dos PPGs com apoio do Instituto e Comissão de Integração Científica; <sup>5</sup>fortalecimento da Internacionalização (ver item 2.1); <sup>6</sup>promoção de ações pedagógicas transversais e modernas, para fortalecimento do ensino na pós-graduação; <sup>7</sup>revisão, melhoria e cumprimento dos planejamentos estratégicos elaborados pelos PPGs para os próximos dois ciclos avaliativos; <sup>8</sup>investigar mecanismos internacionais de autoavaliação desenvolvidos por instituições internacionais de excelência, a fim de aprimorar as propostas de autoavaliação dos PPGs; estimular capacitação dos pesquisadores do ICB envolvidos com ações na pós-graduação; <sup>10</sup>estimular a criação e/ou qualificação de grupos de pesquisa em áreas do conhecimento pouco ou ainda não exploradas no Instituto; <sup>11</sup>estimular por meio de comissões internas a criação de novos cursos de Pós-Graduação de modo a ampliar o atual percentual de 40% de docentes envolvidos na pós-graduação; <sup>12</sup>promover maior integração entre as Coordenações Comissões dos PPGs em funcionamento no Instituto; <sup>13</sup>disseminar, entre os grupos de pesquisa consolidados no Instituto, a prática do estabelecimento de metas de impacto, visando expandir as fronteiras desse conhecimento; <sup>14</sup>estimular aumento da produção científica em periódicos de maior impacto e visibilidade nas áreas e linhas de pesquisas do Instituto em que predominam publicações em veículos de baixo impacto.

A oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* constituem adicionalmente outra frente de ação que depende da mobilização do corpo docente do ICB para esse fim.

#### 1.2.4 Fomentar a realização de eventos científicos no ICB

Os eventos científicos são uma fonte essencial para enriquecimento do saber acadêmico, pois reúnem profissionais, especialistas, estudantes e vários grupos com interesses em comum. Ocorrem no ICB, anualmente, eventos (semanas acadêmicas) dos cursos de graduação em Ciências Biológicas e Nutrição, bem como conferências de temas científicos amplos nas áreas de Ciências Biológicas e da Saúde sem periodicidade determinada. A proposta para os próximos anos é intensificar a proposição de conferências para toda a comunidade do ICB com temas científicos transversais e de interesse amplo, tais como saúde, meio ambiente, ciências agrárias, inovação científica, tecnologia, empreendedorismo científico e progresso da ciência. É importante ampliar as ações de divulgação destes eventos e conferências, estimulando maior participação da comunidade acadêmica do ICB.

### **1.3 Extensão**

Dentro do tripé universitário, é através da extensão que as Instituições de Ensino Superior (IES) oferecem sua contribuição social ao público externo de maneira prática e direta. Este pilar baseia-se no princípio de compartilhar com a sociedade conhecimentos específicos.

Atualmente, o ICB abriga 43 projetos de extensão, incluindo visitas guiadas às coleções sediadas no Instituto, projetos de assistência e educação em saúde, de melhoria das estratégias de ensino, inclusive com ferramentas digitais, de biodiversidade e conservação da natureza. Estes projetos oferecem 34 bolsas de graduação, 153 vagas de voluntários de graduação e 32 de voluntários de Pós-Graduação (Fonte: Pró-Reitoria de Extensão 2022). Ainda que o ICB contribua de forma significativa com projetos e programas de extensão, existe um potencial enorme para a ampliação das ações extensionistas no Instituto de uma forma geral.

#### *1.3.1 Estimular ações de Extensão Integradas*

Inicialmente, o presente Plano propõe dar visibilidade aos projetos de extensão já existentes no Instituto, permitindo a troca de saberes e estimulando ações integradas. A integração permitirá práticas multidisciplinares e interprofissionais que fortalecem cada projeto individualmente dentro das premissas extensionistas. Em adição, estas ações integradas terão uma maior abrangência e, conseqüentemente, um maior retorno para a sociedade. A título de sugestão, a criação e promoção de uma Feira Integrada de Extensão do ICB (FIEICB) possibilitaria que os departamentos elaborassem ações ao longo do ano que pudessem ser sempre apresentadas em uma grande ação integrada do Instituto. O Plano também propõe que a visibilidade e a integração das ações extensionistas do ICB estimulem discussões e a criação de novos projetos/programas, aumentando a interação do Instituto com a comunidade, assim como as oportunidades de vagas para estudantes, o que vai ao encontro da curricularização da extensão.

#### *1.3.2 Prestação de serviço*

A prestação de serviços ainda é uma prática relativamente tímida no ICB. Atualmente, apenas três departamentos oferecem esta possibilidade, e nem sempre de maneira contínua. Entretanto, existe um interesse crescente nesta prática entre os servidores do Instituto, mas



a maioria desconhece as modalidades de prestação de serviço, as regras e os seus benefícios.

As Universidades são consideradas Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs) e, como tal, têm a prestação de serviços regulamentada pela Lei nº 10.973/04 (“Lei da Inovação”) que em seu Art. 8º disciplina que: “É facultado à ICT prestar a instituições públicas ou privadas serviços técnicos especializados compatíveis com os objetivos desta Lei, nas atividades voltadas à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, visando, entre outros objetivos, à maior competitividade das empresas”. Os serviços passíveis de serem prestados/contratados são aqueles que tenham compatibilidade com os objetivos da Lei, ou seja, as atividades devem ser voltadas à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, como por exemplo, testes e validações.

Estes serviços são regulamentados por meio de um contrato, ou seja, por um negócio jurídico bilateral (ou plurilateral). Para isso, deve-se ter um acordo de vontade entre as partes, integralizando um objeto e um preço. No contrato de prestação de serviços técnicos especializados, há interesses contrapostos, representados por direitos e obrigações recíprocos (prestar um serviço técnico especializado; receber o pagamento pela prestação do serviço), e um preço (contraprestação financeira, econômica ou híbrida); além disso, neste caso, não há atividades conjuntas de pesquisas entre as partes.

Considerando a diversidade característica do Instituto e a ampla formação dos nossos profissionais, o ICB tem grande potencial para aumentar as prestações de serviço oferecidas, ainda bastante limitadas. O Plano propõe, inicialmente, ações que possam esclarecer a comunidade acadêmica do Instituto sobre as regras e a legislação que regulamenta a prestação de serviço, além do conhecimento das prestações de serviço já em atividade no Instituto, incentivando o compartilhamento de experiências e o estabelecimento de parcerias. Em adição, propõe discutir e estimular as prestações de serviço já existentes no Instituto, assim como, a criação de novas possibilidades. A ampliação da oferta de prestação de serviços no ICB vai ao encontro do anseio de outros departamentos que têm interesse nesta prática, além de aumentar a captação de recursos para o Instituto (Resolução CONSU Nº 18/2021), que podem ser revertidos em melhorias para o ensino, pesquisa e extensão.

### *1.3.3 Promover visitas guiadas ao ICB ou “ICB de portas abertas”*

Ainda dentro da lógica da integração, o Plano propõe que os projetos de visitas guiadas às coleções do Instituto possam se integrar e juntamente com outros espaços do ICB, que

também tem práticas extensionistas a serem visitadas, compõem as “visitas guiadas ao ICB” nas quais o público alvo, geralmente composto de estudantes do ensino fundamental e médio, possa conhecer e reconhecer a importância dos diferentes espaços e coleções que o Instituto oferece.

E, buscando uma ação ainda mais abrangente, o Plano propõe a discussão e a criação de um evento extensionista - “ICB de portas abertas” - que promova em intervalos de tempos pré-estabelecidos e programados, a “abertura do ICB” à comunidade em geral. Neste evento, poderiam estar incluídas não apenas a visita às coleções e às outras práticas extensionistas, mas também o conhecimento e divulgação dos cursos e espaços de ensino, dos laboratórios e pesquisas científicas desenvolvidas no Instituto. Este tipo de evento permite a integração dos três pilares fundamentais “ensino, pesquisa e extensão” dentro do próprio ICB, dando visibilidade a todas as atividades realizadas e promovendo o Instituto, dentro da UFJF e para a comunidade que o cerca.

#### **1.4 Inovação**

A Política de Inovação da UFJF tem como objetivo geral “estimular e valorizar a atividade criativa derivada da produção científica e tecnológica de seu corpo docente, discente e técnico-administrativo em educação (TAE), o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação” (Resolução CONSU/UFJF 17/2021). A política de inovação institucional prevê integração da comunidade acadêmica em ações de inovação, empreendedorismo e extensão tecnológica e, ainda, promoção da disseminação da inovação tecnológica, da cultura empreendedora e da cultura da propriedade intelectual. O Centro Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia (Critt) é um órgão institucional voltado para a transferência de tecnologia e soluções inovadoras. O Critt legitimou, em 2005, a inovação científica e tecnológica desenvolvida na UFJF, institucionalizando a transferência da tecnologia que é o intercâmbio de conhecimento entre instituições de ensino superior e empresas.

##### **1.4.1 Melhorar a divulgação das ações de Inovação institucionais**

Com intuito de ampliar ações de inovação e empreendedorismo no Instituto, pretende-se ampliar a divulgação destas atividades realizadas por pesquisadores do ICB no *website* do Instituto e nas suas mídias sociais (ver item 3.4.3), bem como criar um grupo de

trabalho para assuntos ligados à inovação, indicado pela Comissão de Integração Científica (CIC-ICB).

#### *1.4.2 Estimular ações de inovação Integradas*

A comunidade acadêmica do ICB deverá: divulgar iniciativas de inovação e empreendedorismo no Instituto, estimulando a ponte entre o ambiente acadêmico, empresas e a sociedade; listar laboratórios, programas e docentes que atuam em desenvolvimento e inovação no âmbito do ICB, disponibilizando e publicizando estas informações; listar as empresas com contratos já firmados na UFJF e ICB; listar e divulgar as patentes produzidas por pesquisadores da UFJF e do ICB, com intuito de estimular ampliação do número de patentes e potenciais conexões entre pesquisadores e ações integradas neste âmbito; estimular conferências sobre o tema no instituto, com intuito de promover ações mais amplas no âmbito da inovação.

#### *1.4.3 Empresa Jr.*

Empresa Júnior é uma associação civil sem fins lucrativos, gerida por discentes de um curso de graduação, sob a supervisão de docentes, e que tem como meta central sedimentar e ampliar o aprendizado prático do(a) acadêmico(a) em determinada área de atuação. No ICB, estão sediadas duas Empresas Jr.: Biociclos Consultoria e Projetos em Biologia e Meio Ambiente, com origem no curso de Ciências Biológicas da UFJF (2005), e Alimentar Consultoria Nutricional Jr., com origem no curso de Nutrição da UFJF (2017).

A empresa Jr. “Biociclos Consultoria e Projetos em Biologia e Meio Ambiente” oferece serviços de qualidade à sociedade, prezando pela ética ambiental e social, por meio do desenvolvimento profissional e pessoal adquirido pela vivência empresarial dos membros. Com o intuito de se tornar referência no Movimento Empresa Júnior (MEJ) na área de consultoria ambiental seus contatos, parcerias e possibilidades de projetos se expandem para além de Minas Gerais. A empresa atua em projetos de consultoria ambiental e meio ambiente, realizando ações de auxiliar de campo, educação ambiental para escolas e empresas, programa de gerenciamento de resíduos sólidos, levantamento florístico e faunístico, desenvolvimento de hortas e jardins verticais. Pode fazer parte da empresa júnior qualquer aluno regularmente matriculado no curso de Ciências Biológicas da UFJF, de qualquer período, sendo licenciando ou bacharel. Os principais desafios e demandas para ampliação e

consolidação da empresa são: melhorar estratégias de divulgação da empresa no curso de Ciências Biológicas, bem como ampliar estímulos aos estudantes interessados; manter a estabilidade financeira da empresa; ampliar workshops e cursos viabilizados pela empresa, convidando grande número de pós-graduandos e docentes da UFJF; melhoria da infraestrutura institucional e maior apoio dos Laboratórios do Instituto; espaço físico adequado com uma sede, local para reuniões, visitas de clientes e de estudo, que comporte ao menos parcialmente as necessidades da empresa.

A empresa Jr. Alimentar Consultoria Nutricional Jr. surgiu da iniciativa de um discente do curso de Nutrição da UFJF, com intuito de implementação de prática voltada para o empreendedorismo. A Alimentar Jr., atualmente, se expandiu para todo o Brasil, atuando em todas as cinco regiões do país, com foco no ramo alimentício e geração de resultados de impacto para a sociedade, garantindo vivência prática e empresarial para diversos discentes do curso de graduação, e ampliando oportunidades crescimento profissional e pessoalmente, além de promover o desenvolvimento de projetos que atingem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da Organização das Nações Unidas. A empresa atua na área alimentícia com desenvolvimento de tabelas nutricionais, fichas técnicas de preparo, *coffee breaks* e no ramo de educação Alimentar e nutricional. Fazem parte da empresa qualquer discente, de qualquer período, que esteja regularmente matriculado no curso de Nutrição da UFJF. Os principais desafios e demandas para ampliação e consolidação da empresa são: ampliação da participação dos discentes; se tornar referência no ramo alimentício dentro do Movimento Empresa Júnior; necessidade de uma sede administrativa e infraestrutura para manter equipamentos, bem como uma sala de reuniões para desenvolvimento dos projetos e atendimento aos clientes.

## **1.5 Cultura**

### **1.5.1 Realizar e apoiar ações culturais e solidárias no ICB**

Nos últimos anos, as ações culturais não têm feito parte da rotina do ICB, e nem mesmo ações esporádicas têm sido realizadas. Historicamente, o Instituto já sediou eventos como, por exemplo, o "ICB Cultural" e o "Som Aberto". Reconhecendo a importância destas ações para o estabelecimento de um ambiente mais acolhedor para todos, o Plano propõe o estímulo à realização de ações culturais, além de apoiar aos servidores e estudantes a desenvolverem e apresentarem propostas desta natureza. Estas iniciativas podem estimular

a melhoria das relações de trabalho dentro do ICB, o convívio com colegas e estudantes, e uma formação mais ampla dos nossos alunos de graduação e pós-graduação.

Adicionalmente, entende-se que a reunião de esforços entre os membros da comunidade do ICB possa se materializar em ações solidárias de apoio à comunidade de Juiz de Fora. A coleta de doativos de diferentes naturezas e a realização de atividades educativas são exemplos de ações solidárias a serem realizadas por docentes, discentes e TAEs do ICB.

## **2. INTERVENIENTES**

### **2.1 Internacionalização**

Os programas de Pós-Graduação do Instituto, com cursos de mestrado e doutorado, investem na internacionalização por meio de apoios às cooperações internacionais, convênios intercâmbios, participação de docentes e discentes em eventos internacionais, realização de pós-doutoramento pelos docentes, recebimento de visitantes (discentes e docentes) estrangeiros, mobilidade de discentes dos PPGs para exterior, publicação de artigos em coautoria com estrangeiros, participação de sociedades científicas internacionais, orientação e orientação de estudantes em Instituições no exterior. Há ainda iniciativas individuais de docentes do Instituto, não credenciados nos PPGs sediados no ICB ou credenciados em outros PPGs da UFJF, de ampliação da internacionalização. Entretanto, para a consolidação da internacionalização da pesquisa desenvolvida no Instituto, faz-se necessário ampliar as ações supracitadas, que ainda são incipientes quando analisamos toda pesquisa desenvolvida nas dependências do ICB. Com intuito de ampliar as ações de internacionalização no Instituto, sugere-se a organização e promoção de conferências envolvendo docentes, graduandos(as) e pós-graduandos(as), com intuito de ampliar a divulgação das ações e iniciativas institucionais, bem como o compartilhamento de experiências e de editais internacionais. Sugere-se ainda maior aproximação entre a comunidade acadêmica do ICB e a Diretoria de Relações Internacionais da UFJF, com a promoção de palestras periódicas no Instituto sobre estabelecimento de convênios e sobre a mobilidade de estudantes e servidores nas modalidades *Outgoing e Incoming*.

#### **2.1.1 Palestras e cursos envolvendo estrangeiros**

A comunidade acadêmica deve diagnosticar as ações de internacionalização realizadas no ICB, e trabalhar em consonância com estas ações de modo a divulgá-las para toda a

comunidade acadêmica do Instituto. Deve ainda, promover ampliação de palestras e cursos oferecidos por estrangeiros no Instituto, otimizando a participação de estrangeiros com ações agendadas na UFJF e em outras instituições de pesquisa próximas à Juiz de Fora. Os cursos e palestras devem atender aos anseios e linhas de pesquisas desenvolvidas no ICB, bem como temas amplos na área de ciência e tecnologia nas distintas áreas dentro das Ciências Biológicas e Saúde.

Uma importante iniciativa neste âmbito da UFJF é o programa Global July, que propicia a experiência de internacionalização dentro da Instituição, possibilitando que discentes frequentem aulas em outros idiomas e troquem experiência com professores e estudantes estrangeiros, com potencial desenvolvimento de trabalhos em colaboração. Podem-se inscrever alunos da graduação e da pós-graduação, sendo que as horas do curso podem ser aproveitadas para flexibilização curricular. Os docentes do Instituto poderão ampliar a participação no Programa Global July sugerindo nomes de importantes pesquisadores das áreas de Ciências Biológicas, Meio Ambiente e Saúde, anualmente.

## **2.2 Sustentabilidade**

Buscando uma convivência adequada com o meio ambiente, o Instituto de Ciências Biológicas objetiva colocar em prática um conjunto de ideias, estratégias e atitudes ecologicamente corretas e viáveis economicamente, que visam garantir a necessidade das demandas atuais, sem comprometer a capacidade de atender às futuras, além de mostrar-se consoante com a legislação vigente.

Para tal, a infraestrutura, operação e manutenção do ICB deverão passar por uma série de modificações, com a inserção de tecnologias sustentáveis em seus projetos e de procedimentos que minimizem os danos ambientais em suas atividades diárias.

Nesse contexto, atualmente, no âmbito geral da UFJF, há um órgão, denominado Coordenação de Sustentabilidade, cujos objetivos e metas foram inicialmente estruturados no Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2020 (PDI 2016-2020), que busca garantir o cumprimento da legislação relativa a essa área, em especial a Lei nº 12305, de 02 de agosto de 2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, atuante na sistematização de ações referentes ao gerenciamento de resíduos sólidos de toda universidade (lixo comum, resíduos químicos e de saúde e materiais recicláveis). E, inserida no ICB, agregada a esses esforços, há a ativa Comissão Permanente ICB Sustentável (COIS), criada em 2018, com base

nas diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento da Universidade Federal de Juiz de Fora (2016-2020) e no Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto de Ciências Biológicas (2014-2018), que detém trabalhos voltados para melhorar a comunicação e a gestão sustentável do nosso Instituto, alicerçados nos princípios de sustentabilidade, prevenção, participação e cooperação. Desse modo, perante tais bases sólidas e a necessidade de mudanças, almeja-se, fundamentalmente, fortalecer e incentivar a Comissão Permanente ICB-Sustentável, em convergência e parceria com a Coordenação de Sustentabilidade, podendo receber apoio de Empresas Juniores, a se tornar mais concisa e diversificada, galgando a criação e a oferta de novos trabalhos de excelência. E em contrapartida, como a abrangência desse Plano ultrapassa os limites da COIS e da Coordenação de Sustentabilidade atingindo de forma indivisível a todos que atuam no ICB, faz-se também primordial que o comprometimento individual, para um esforço conjunto, seja de suma importância para o alcance do sucesso. Para tanto, há a necessidade de se internalizar práticas sustentáveis que estão muito além do que se enquadrar em legislações, mas se revelam em ações nos contextos institucional, social, ambiental, político e econômico do Instituto, além de configurarem um ponto importante e pertinente na conscientização e formação dos discentes e colaboradores.

Assim, como estratégia inicial, as boas práticas a serem adotadas serão focadas no gerenciamento de resíduos, na coleta seletiva e no uso consciente dos recursos naturais e bens públicos.

### *2.2.1 Gerenciamento de resíduos*

Atualmente, há uma constante preocupação com a preservação ambiental e cada vez mais realce tem-se dado a condutas que minimizem impactos nas diversas atividades. Dentre esses impactos, a geração de resíduos é o que mais aflige.

Ao longo do tempo, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), por meio de resoluções e portarias, vêm atuando de forma colaborativa para a correta gestão e gerenciamento de resíduos de serviços de saúde e para a responsabilização do gerador. O marco inicial, para fins de regulamentação jurídica, deu-se por meio da Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA nº 306/ 2004 (RDC 306), substituída pela RDC nº 222, de 28 de março de 2018, e pela Resolução do CONAMA nº 358/ 2005 (CONAMA 358). Tais legislações descrevem em seu escopo, como abrangência, diversos estabelecimentos, dentre eles os de ensino e pesquisa na área da saúde, onde o ICB se

enquadra.

A resolução CONAMA 358 expõe, como diretrizes, a necessidade de aprimorar, atualizar e complementar procedimentos relativos, desde a minimização de geração de resíduos até a disposição final dos mesmos (visando preservar a qualidade do meio ambiente e a saúde pública), a adoção da necessidade de se reduzir os riscos ocupacionais e o reconhecimento como princípios: a prevenção, a precaução, o poluidor pagador, a correção na fonte e a integração entre os vários órgãos envolvidos para fins de licenciamento e de fiscalização. Já a RDC 222 apresenta o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, a adoção dos princípios de biossegurança para a prevenção de acidentes e a preservação da saúde pública e do meio ambiente.

Além dessas, há outras leis que também fundamentam a pauta. Tão importante quanto, é a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 que institui “a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis”.

Caminhando para a prática, segundo a RDC 222 de 2018, o gerenciamento de resíduos de saúde constitui-se em “um conjunto de procedimentos de gestão, planejados e implementados a partir de bases científicas, técnicas, normativas e legais, com o objetivo de minimizar a geração de resíduos e proporcionar um encaminhamento seguro, de forma eficiente, visando à proteção dos trabalhadores e a preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente”.

Atualmente, no ICB, algumas ações práticas referentes a esse gerenciamento já foram instauradas, como a segregação de resíduos e o encaminhamento para o descarte e transporte corretos. Sendo necessário, portanto, o aprimoramento e a ampliação com outras medidas, assim como a solidificação do sistema em um documento teórico.

E para o seu início, sugere-se a elaboração de um documento chamado “Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS)” que se trata de um documento norteador de todas as ações existentes e a serem instauradas, seja no aprimoramento, como na inserção de novas.

Dessarte, pretende-se criar e estabelecer, por meio da Comissão Permanente ICB Sustentável, o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde do ICB (PGRSS-ICB),



germinando pela caracterização do estabelecimento e do município em que nos encontramos, detalhando os objetivos, descrevendo o campo de aplicação, determinando as responsabilidades, qualificações necessárias e a composição da equipe, realizando o diagnóstico situacional (com o mapeamento de todas as atividades inerentes ao ICB que são fontes geradoras de resíduos e as enquadrando nos resíduos pertinentes aos grupo de A à E, conforme classificação legislativa), como também definindo os termos inerentes ao processo e descrevendo o processo em si (manejo, segregação dos resíduos, acondicionamento, identificação, transporte interno, tratamento, armazenamento externo, coleta e transporte externos e disposição final). Também haverá a inclusão da segurança ocupacional envolvida, as formas de avaliação e o acompanhamento da eficácia do programa, a realização dos cadastramentos: necessário (DEMLURB) e almejado (como Agenda JF - Certificado de conformidade ambiental), a descrição de todas as formas de minimização da geração de resíduos, o cronograma de implantação, o local onde estará mantida uma cópia da documentação para eventuais consultas e as referências científicas e normativas em que o Plano se apoia.

O Conselho de Unidade será consultado, a fim de que emita seus posicionamentos, para que os ajustes pertinentes sejam realizados. Tão logo aprovado, será instaurado e acompanhado, sendo o prazo máximo, para a primeira revisão, de dois anos.

Assim, com o Plano em prática, pretende-se como membro do Poder Público gerador de resíduos e unidade acadêmica, no contexto legal da UFJF, cuidar da parcela de responsabilidade que nos cabe na gestão dos resíduos que produzimos.

### *2.2.2 Coleta seletiva*

Dentre as formas de apoio à minimização de resíduos constantes no Plano de Gerenciamento de Resíduos do nosso Instituto, e de iniciativa relativamente simples, apoiada pela Lei da Educação Ambiental nº 9795, de 27 de abril de 1999, está a coleta seletiva.

Seu papel fundamental na otimização dos processos de destinação do lixo, com atuação na discriminação e na segregação dos descartes passíveis de serem reutilizados ou de sofrerem reciclagem (chamados de lixo seco, como papel, papelão, vidro, plástico, metal) dos rejeitos que serão destinados a compostagem ou aos aterros sanitários (lixo úmido, como matéria orgânica) ou a eco pontos específicos (como os de pilhas, baterias e objetos eletrônicos), traz inúmeras vantagens em importantes campos.

Pode-se citar, no campo ambiental, a diminuição da necessidade pela busca de novos recursos naturais, o alargamento do ciclo de vida dos resíduos, a garantia do aumento de consciência ambiental de todos os envolvidos, a redução da quantidade gerada por meio do consumo consciente e, principalmente, a diminuição dos impactos ambientais negativos causados em relação à quantidade produzida, como por exemplo, a poluição de lençóis freáticos, a liberação de gases nocivos e a proliferação de agentes transmissores de doenças. Já no econômico, a diminuição dos custos de envio dos rejeitos para o aterro sanitário e dos custos da prefeitura de Juiz de Fora com a redução e tratamento dos mesmos, o impacto direto na economia da reciclagem, a instauração de uma satisfação geral por sermos um instituto com consciência ambiental e assim, conseqüentemente, podermos impactar de forma positiva, a produtividade de nossos colaboradores. E no social, pode-se contabilizar a melhoria na qualidade de vida de trabalhadores que atuam na área de reciclagem, a diminuição do impacto social ocasionado pelo lixo nas cidades, a nossa parte em encorajar boas práticas no âmbito geral e de estimular políticas públicas inovadoras no ramo de resíduos sólidos.

Para tanto, pretende-se criar a Comissão de Coleta Seletiva do ICB, como subgrupo da COIS, consoante com a Coordenação de Sustentabilidade, que será responsável pela criação e implementação do Programa de Coleta Seletiva do ICB, bem como da conscientização da importância do descarte correto, da organização dos cursos de capacitação relativos ao tema, da verificação da eficácia do mesmo e das futuras revisões.

Neste programa pretende-se definir, segundo as demandas de nosso Instituto, quais materiais serão coletados, os espaços e contentores (classificado por cores, segundo a resolução do CONAMA nº 275/2001) a serem destinados a essa segregação, o transporte interno, o armazenamento, o transporte externo e a destinação final desses resíduos, além de definir os responsáveis por cada etapa. Assim como o PGRSS-ICB, este programa também passará pela aprovação do Conselho de Unidade, recebendo as devidas ressalvas.

### *2.2.3 Uso racional dos recursos naturais e bens públicos*

Estudos ambientais indicam que o consumo de recursos naturais pela humanidade já ultrapassa, e muito, os limites da capacidade do planeta de se regenerar. Se continuarmos nesse ritmo, projeções realizadas pelo Global Footprint Network (em 2010) indicam que por volta de 2050, somado ao crescimento da população mundial, precisaríamos, para nos

manter, de mais de dois planetas como a Terra. Assim, faz-se urgente a necessidade de encontrarmos meios de suprir nossas demandas, respeitando a biocapacidade planetária, sem gerar grandes impactos.

Dessa maneira, como forma de contribuir para o uso racional dos recursos naturais e bens públicos, aspira-se adotar o consumo consciente no ICB, evitando desperdícios, tão logo os efeitos negativos para o meio ambiente.

Dessarte, pretende-se introduzir a gestão eficiente de:

- Energia:

Promover, a curto prazo, campanhas de conscientização dentro do ICB quanto a importância de se dar preferência à iluminação natural, à necessidade de se apagar as luzes quando o ambiente estiver vazio, ao ato de se manter o ar condicionado ligado apenas quando necessário, utilizando-o apenas com portas e janelas fechadas, a de garantir que somente equipamentos em uso fiquem ligados, a de se evitar o uso de tomadas de sobrecarga, entre outras medidas.

E a prazos mais longos, fomentar a possibilidade do suprimento de parte da energia consumida pelo ICB, por energia solar fotovoltaica.

- Água:

Realizar campanhas de conscientização para a redução do consumo de água. Distribuir em pontos críticos do ICB, como banheiros e laboratórios, cartazes que visem advertir sobre hábitos de economia de água, como: "Feche a torneira ao escovar os dentes", "Não utilize o vaso sanitário como lixeira", "Evite acionar a descarga sem necessidade", "Feche a torneira ao ensaboar as vidrarias e utensílios", entre outros. Criar o hábito, em nossos colaboradores, de realizar semanalmente uma inspeção geral em sua localidade de trabalho, com a finalidade de detectar vazamentos e repará-los rapidamente.

Realizar a centralização da produção dos diversos tipos de água, economizando em número de equipamentos, em manutenções preventivas e corretivas, em pessoal, em espaço físico, evitando o desperdício da mesma, tanto pelo dimensionamento da produção/consumo específico diários, quanto pela possibilidade de reaproveitamento da água "descartada", por exemplo, na limpeza.

Apoiar e estimular a Coordenação de Sustentabilidade a criar um projeto que permita a captação da água da chuva dos telhados do ICB para que seja utilizada para diversos fins, como em jardins, na limpeza, entre outros.

- Papel:

Criar o hábito em nossos colaboradores de imprimir somente o imprescindível. E preferencialmente, frente e verso. Além de estabelecer procedimentos padrões de impressão, evitando materiais com erros ou que sejam retirados em excesso. Utilizar o e-mail ou outros aplicativos, como forma de comunicação interna.

Adotar o meio digital, como forma de armazenamento de ofícios e documentos, sempre que possível.

Reformatar documentos para que somente o essencial e indispensável conste, evitando espaços em branco e a utilização de um volume maior de folhas. Aproveitar o verso do papel ou papéis em branco que seriam descartados no lixo, como rascunhos.

E produzir crachás, pastas e blocos para eventos de forma genérica, sem referenciar, evitando desperdícios.

- Plásticos:

Reduzir a aquisição de copos plásticos até a total eliminação e estimular a prática de substituição dos mesmos por canecas permanentes.

- Insumos

Criar métodos de controle de estoque de insumos, para que as perdas por vencimento sejam mínimas.

Promover intercâmbio de insumos entre os membros do ICB, por meio de aplicativo específico, a fim de otimizá-los, para contribuir para a redução de perdas e dos gastos. Criar a política de reaproveitamento de insumos, estimulando os colaboradores a colocarem a disposição de todos, os insumos que não lhes interessa mais, permitindo reduzir o desperdício por vencimento, o gasto com compras desnecessárias e o redirecionamento da verba para outras finalidades.

Elaborar procedimentos padrões e estabelecer treinamentos para o correto manuseio de insumos (matérias primas e vidrarias), fazendo com que perdas inerentes às manipulações inadequadas sejam evitadas.

Estimular a coleta seletiva e o gerenciamento dos resíduos.

Apoiar a Coordenação de Sustentabilidade na elaboração do projeto para a construção de um centro de purificação de solventes para a reutilização nos laboratórios. Apoiar a prática de logística reversa.

- Equipamentos e mobiliário:

Estimular a prática, entre os membros do ICB, de se tornar disponível, por meio de aplicativo específico, os equipamentos e mobiliário que não possuem mais utilidade para si, promovendo o reaproveitamento.

Promover o intercâmbio de equipamentos entre os pesquisadores, otimizando-os e reduzindo gastos.

Apoiar a prática de logística reversa.

Criar laboratórios multiusuários, otimizando espaço e pessoal, reduzindo o número de equipamentos a serem adquiridos, tão logo o número de manutenções preventivas e corretivas.

### **3. SUSTENTAÇÃO**

#### **3.1 Infraestrutura**

O Instituto de Ciências Biológicas se organiza em dois setores (B e C; ver mapa anexo) totalizando mais de 16 mil m<sup>2</sup> de área construída. O Setor B, com 2.209 m<sup>2</sup> de área edificada, foi incorporado ao ICB em 2014. Neste setor existem 14 salas de aula com metragem que varia de 57 a 100 m<sup>2</sup>. As salas localizadas no primeiro pavimento são equipadas com computador e projetor. Em 2019, foram instaladas fechaduras eletrônicas facilitando o acesso e o controle do acesso.

O Setor C possui, atualmente, 14.420 m<sup>2</sup>, abrangendo diversos laboratórios de ensino e pesquisa, seis salas de aula e cinco anfiteatros, além de espaços destinados às secretarias administrativas e acadêmicas.

Ainda integram o ICB, a Estação Experimental de Plantas e o Laboratório Avançado de Zoologia. Com área total estimada em 19.500 m<sup>2</sup>, trata-se de uma das maiores e mais complexas unidades acadêmicas da UFJF.

Apesar de seu tamanho e efervescência acadêmica, diversos fatores levaram à ocupação do espaço disponível de forma a atender necessidades de curto prazo, sem o devido olhar para o futuro. Naturalmente, com o crescimento das atividades acadêmicas, o espaço físico limitado por questões intrínsecas se tornou, em muitos casos, um limitador de crescimento e expansão e porque não dizer, de organização das atividades de forma a atender aos anseios da comunidade do ICB e, em alguns casos, de questões legais. Listamos abaixo algumas ações que merecem integrar o Plano de uso de nossos espaços objetivando melhor

aproveitamento, ganho em eficiência e possibilidade de integração.

### *3.1.1 Otimizar e identificar os espaços físicos*

Ao longo do Setor C, por exemplo, percebe-se a existência de espaços não identificados e que tem seu uso restrito a necessidades existentes em outros momentos e que poderiam ser revistos. Esses espaços poderiam ser destinados à implementação de atividades que venham a atender a novas exigências legais e, ou atividades de uso coletivo, permitindo, por exemplo, economizar recursos materiais e humanos.

Neste sentido, a identificação desses espaços associada ao seu uso atual (diagnóstico) e necessidades prementes, constitui uma etapa essencial para otimizar nossa organização física.

### *3.1.2 Garantir acessibilidade arquitetônica*

A Portaria Interministerial nº 323/2020 que dispõe sobre os procedimentos que deverão ser adotados pelos órgãos e entidades da administração pública federal, sobre a situação de acessibilidade nos imóveis de uso público, além da definição de metas para a adequação às regras prevê que as edificações devem atender os preceitos de acessibilidade na forma regulamentar. De forma geral, os indicadores de acesso incluem de vagas de estacionamento – devidamente reservadas e sinalizadas – às pessoas com deficiência perto do acesso aos prédios, o rebaixamento de calçadas e a retirada de barreiras nas proximidades dos edifícios. Em certa medida, o ICB vem se adequando a essa normativa por meio da instalação de elevadores em todos os blocos dos Setores B e C, além do rebaixamento de calçadas.

Contudo, ainda há pontos de estrangulamento como é o caso do acesso entre os blocos B e C e que precisa ser trabalhado. Vale notar ainda a necessidade de melhorar a acessibilidade nos Anfiteatros do ICB.

### *3.1.3 Buscar viabilizar a criação de bloco de salas de aula*

Com as dificuldades de disponibilizar novos espaços para as diferentes demandas do ICB, uma importante ação de planejamento junto à Administração Central da UFJF seria a construção de um bloco de salas de aula em outro do local do Campus a ser definido. Essa ação colocaria à disposição do ICB em todo, ou parcialmente, o Setor B para a expansão de

atividades diversas. Embora seja uma meta ambiciosa, ela constitui uma das únicas alternativas de expansão, mantendo-se o investimento já realizado nos laboratórios e dependências do Setor C.

#### *3.1.4 Centralização de serviços*

A demanda por ações sustentáveis representa atualmente um referencial de planejamento em diversos setores da sociedade. Em uma instituição de ensino e, particularmente, em uma unidade voltada ao estudo da vida, não poderia ser diferente. Neste sentido, qualquer ação que otimize o uso de recursos e o compartilhamento de espaços e equipamentos é bem-vinda.

Serviços como central de autoclavagem e produção de água com qualidade adequada para experimentação seriam de grande valia. Ações como essa se somam, por exemplo, àquela descrita no item 3.1.1. A identificação de pequenos espaços no ICB poderia ser direcionada, por exemplo, para alocar os serviços aqui descritos.

#### *3.1.5 Laboratórios multiusuários*

O ICB dispõe atualmente de dois Laboratórios Multiusuários, ambos ligados aos dois programas de Pós-Graduação acadêmicos em funcionamento: o Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas (PPGCBIO) e o Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Conservação da Natureza. O primeiro Laboratório Multiusuário implementado institucionalmente no ICB foi o Laboratório Integrado de Pesquisa (LIP), em 2014. Está diretamente vinculado ao PPGCBIO, possui caráter multidisciplinar e funciona como uma plataforma de apoio aos projetos dos pesquisadores que podem acessar as dependências e utilizar os equipamentos do LIP. Toda a manutenção do LIP é realizada com recursos do PPGCBio em parceria com o ICB (Instituto de Ciências Biológicas) e seus equipamentos foram adquiridos através dos recursos do PPGCBio e de projetos multidisciplinares (CT-INFRA-FINEP).

Mais recentemente (2021), reforçando uma visão compartilhada de uso de nossos recursos, foi aprovado o Laboratório Multiusuário de Pesquisas em Biodiversidade (MULTIBIO), aprovado em 2021, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Conservação da Natureza. Está diretamente vinculado ao PPGBiodiversidade e também possui caráter multidisciplinar, funcionando como uma plataforma de apoio aos projetos dos

pesquisadores do PPG e de toda comunidade do ICB e UFJF. A manutenção do MULTIBIO é realizada com recursos do PPGBiodiversidade em parceria com o ICB e seus equipamentos foram adquiridos através dos recursos do PPGBiodiversidade e de projetos multidisciplinares (CT-INFRA-FINEP).

A implantação de Laboratórios Multiusuários foi acompanhada pela implementação de uma rede virtual disponível na *webpage* do ICB na qual constam todos os equipamentos disponibilizados pelos docentes para uso e agendamento em seus respectivos laboratórios. Essa iniciativa foi implementada em 2019 e, embora tenha sido bem apreciada, carece de refinamento e atualização logística para sua utilização mais eficiente.

Adicionalmente, vale mencionar a importância de que seja materializado dois outros grandes laboratórios multiusuários. Um enorme esforço no sentido de viabilizar o Biotério do ICB vem sendo realizado há alguns anos. Recentemente, após diversas reuniões com a Administração Central seguidas da aprovação do Conselho de Unidade do ICB, foi acertada a alocação do Biotério do ICB no primeiro pavimento do Bloco C14. Atualmente, o projeto construtivo encontra-se em fase de elaboração. Além dele, um Laboratório de Biossegurança nível NB3 existente no ICB (Bloco C11) precisa de ajustes para entrar em operação e deve também constituir um objetivo deste Plano.

Ações como aquelas aqui descritas precisam ser estimuladas e receber o reconhecimento institucional por meio da manutenção dos equipamentos multiusuários com recursos da matriz do ICB e alocação de servidores que contribuam para otimizar o atendimento ao público e o gerenciamento das ações desenvolvidas nos laboratórios.

### *3.1.6 Secretarias compartilhadas*

Na linha do compartilhamento de espaço e recursos humanos, uma alternativa é o atendimento compartilhado aos departamentos do ICB, aos cursos de graduação e aos cursos de pós-graduação.

Ao longo da história do ICB, a disponibilidade de TAEs para todos os departamentos nunca foi possível. Atualmente, apenas quatro dos dez departamentos possuem este tipo de auxílio e, como há apenas um técnico disponível, em caso de férias ou afastamento por motivos variados, o departamento fica descoberto. A implementação de uma secretaria administrativa compartilhada reuniria um conjunto de TAEs em um mesmo espaço oferecendo um serviço ininterrupto a todos os chefes de departamento.



Adicionalmente, a fusão de secretarias dos cursos de graduação seguiria o mesmo modelo. Elas constituiriam um núcleo comum de atendimento aos cursos de graduação ofertados pelo ICB.

Por fim, o modelo poderia ser usado no caso das secretarias dos programas de pós-graduação. Atualmente, em um projeto piloto, a secretaria do PPGBiodiversidade atende também às necessidades do PROFBIO que, desde a sua criação, não teve um servidor alocado para seu atendimento. Salienta-se que o PPGCBIO possui apenas um servidor trabalhando que naturalmente não é suficiente para suprir com qualidade todas as demandas de um programa de pós-graduação.

Frente às dificuldades que as instituições públicas vêm enfrentando, iniciativas dessa natureza podem contribuir para minimizar os danos acadêmicos decorrentes da escassez de recursos humanos e espaço físico, pois na medida em que uma fusão ocorre, outros espaços são liberados para as diversas finalidades a que o ICB se propõe a desenvolver.

### *3.1.7 Paisagismo*

O paisagismo é um dos muitos instrumentos que pode ser usado como forma de melhorar a qualidade do espaço em que vivemos. Tem como alguns dos seus fundamentos a harmonia, o conforto, a beleza e a sensação de organização do espaço com vistas ao bem-estar daqueles que frequentam praças, jardins, estacionamentos e edificações em geral.

No ICB, identificam-se pequenos nichos (jardins de inverno) que poderiam tornar o ambiente mais agradável com a implementação organizada de um conjunto florístico harmônico e agradável. Paralelamente, ao longo do ICB há canteiros e gramados que, de forma planejada, podem conferir ao ambiente de trabalho um ar acolhedor. Além disso, vasos adequadamente organizados podem também contribuir para melhorar visualmente o ambiente frequentado por docentes, discentes e TAEs.

Em adição às ações listadas, a identificação de espécies ocorrentes nas áreas verdes do ICB representa uma ação informativa e que pode estimular o frequentador de nosso instituto a conhecer um pouco mais sobre a nossa flora. Essa ação iniciada com o apoio do Departamento de Botânica poderia ser continuada e crescer em volume, sensibilizando a todos e todas sobre a importância de conhecermos o espaço à nossa volta. Paralelamente, a implementação de canteiros com espécies comestíveis e devidamente identificadas contribuiria não somente para a diversidade botânica no ICB, mas também como laboratórios

ao ar livre servindo de apoio a atividades/disciplinas vinculadas ao ICB.

Ainda, alinhados ao Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), pretende-se avaliar o uso de plantas para fins paisagísticos que demandem pouca água (por exemplo, uso de plantas mais tolerantes à seca).

### *3.1.8 Oferecer áreas de convivência*

Aproveitando a existência de espaços não edificadas nas dependências do ICB e, considerando que muitos servidores e estudantes permanecem no ICB durante considerável período de horas durante o dia, entende-se que, em complementação ao paisagismo, devem-se oferecer espaços de convivência e lazer. Além de bancos integrados à paisagem, a implementação de jogos de tabuleiro, a implementação de nichos de convivência, pode tornar o dia de trabalho e estudo mais agradável, estimular a integração e proporcionar aos que frequentam o ICB um ambiente harmônico e leve.

## **3.2 Tecnologia da informação**

### *3.2.1 Informatizar processos e ações de gestão*

A informatização de processos é uma ação que tem por objetivo a otimização de processos de trabalho utilizando-se de ferramentas e soluções tecnológicas. Nesse contexto, a automação visa substituir metodologias ultrapassadas, trabalhosas, lentas e pouco confiáveis por alternativas inovadoras, confiáveis e de fácil utilização. Além disso, a automação de processos gera maior eficiência e confiabilidade nos trabalhos realizados, poupando tempo e recursos (financeiros e humanos). Ademais, a automação de processos pode resultar em maior disponibilidade de informações, podendo ser acessadas de maneira rápida e prática, permitindo assim um gerenciamento mais efetivo da Unidade bem como a realização de planejamentos mais assertivos.

Para implantação de processos de automação no ICB, primeiramente, é necessário realizar o levantamento das demandas reais, tanto no âmbito da gestão geral (Direção e Secretaria) quanto da gestão setorial (Departamentos, Programas de Pós-graduação, Coordenações de Cursos). Para isso, o presente Plano aponta para uma integração com o Escritório de Processos da UFJF para que seja realizado o mapeamento dos processos de trabalho críticos e que podem ser automatizados. Este mapeamento está previsto neste Plano Diretor na ação 4.3.1 “Mapeamento de processos de trabalho”. Ressalta-se que a ação de

mapeamento já foi iniciada pela Direção do ICB (gestão 2018-2022) em conjunto com o Escritório de Processos, no ano de 2020. Na ocasião, diversos processos da Secretaria do ICB foram acompanhados pelo referido escritório no intuito de realizar sua automação e otimização. Apesar disso, o trabalho precisou ser interrompido em virtude do advento da pandemia de COVID-19

Uma vez realizado o mapeamento dos processos, sugere-se a integração com o Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional (CGCO) que é a “unidade responsável por traçar estratégias e mobilizar recursos de Tecnologia da Informação em prol da racionalização e otimização dos processos organizacionais”. A partir do mapeamento realizado, o CGCO poderá sugerir e/ou implantar os sistemas de automação necessários, bem como realizar a integração entre eles ou com bancos de dados já existentes. Após todo o mapeamento e avaliação, o presente Plano propõe a aquisição e/ou criação de ferramentas adequadas à dos trabalhos, em especial *softwares* e aplicativos.

Como exemplo de processos relativos à gestão geral do ICB (Direção e Secretaria) que necessitam ser otimizados estão: o processo de compras de materiais (ocorrência anual), o gerenciamento de bens patrimoniais, o gerenciamento e reaproveitamento de insumos e bens inservíveis, entre outros.

### 3.2.2 Estabelecer ferramentas de compartilhamento e publicização

O compartilhamento de informações de maneira efetiva e segura é um obstáculo a ser vencido em qualquer tipo e tamanho de organização. Apesar das várias ferramentas existentes atualmente, nem sempre a mensagem chega de maneira efetiva e fidedigna a seu público alvo. Tais situações resultam, em geral, em dificuldades de gestão, retrabalho e morosidade dos processos.

O ICB é uma unidade dividida em Departamentos, Coordenações e Setores. Tal organização pode facilitar o acesso a informações importantes uma vez que os responsáveis por cada divisão (Departamentos, Setores, etc) têm um público restrito, facilitando o compartilhamento. Apesar disso, tem sido observada uma retenção de informações em determinadas instâncias, o que culmina em dificuldades de trabalho para todo o Instituto. Assim, é iminente a necessidade de se estabelecer procedimentos que otimizem o compartilhamento e a publicização das informações.

Atualmente, a UFJF vem passando por uma reestruturação em suas ferramentas

oficiais de comunicação. Tal fato pode ser observado pela implementação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI (Implementado em 2019), bem como a padronização dos emails institucionais para o domínio @ufjf.br (iniciado em 2022). Além disso, conforme já mencionado neste Plano (item 3.4 Identidade e Comunicação), o ICB já possui um *site* institucional ([www.ufjf.br/icb](http://www.ufjf.br/icb)) e planeja a criação de outras ferramentas de comunicação.

Neste contexto, de maneira a otimizar os processos de compartilhamento e publicização de informações oficiais do ICB, o presente Plano propõe os seguintes pontos:

- O compartilhamento de documentos oficiais deve ser realizado, exclusivamente, pela plataforma SEI, garantindo sua veracidade, sigilo (quando pertinente) e rastreabilidade.
- Todos os Departamentos, Coordenações e Setores do ICB deverão possuir seu e-mail institucional com o domínio “@ufjf.br”. Esta ação visa garantir a padronização e rastreabilidade de informações, além de possibilitar a transferência destas informações em caso de mudança de Chefia/Coordenação/responsável.
- O envio de e-mails contendo informações de cunho oficial deverá ser realizado, exclusivamente, para os e-mails institucionais (@ufjf.br), abolindo-se o uso de e-mails de organizações diferentes (@yahoo, @bol, @gmail, etc).
- A troca de informações através de e-mails deverá sempre levar em conta a abrangência e características da mensagem. Assim, mensagens referentes ao Departamento deverão ser encaminhadas ao e-mail Departamental e não ao e-mail do Chefe de Departamento. A mesma lógica deverá ser aplicada às demais divisões do Instituto (Direção, Coordenações, etc).
- O compartilhamento de informações oficiais por outros meios (grupos de mensagens, redes sociais, etc) poderá ocorrer visando reforçar o conteúdo e aumentar a velocidade de seu compartilhamento. Apesar disso, o uso destas estratégias não deve substituir as formas de comunicação oficiais (SEI ou e mail institucional).

O compartilhamento e a divulgação de informações que visem a alcançar o público geral (UFJF e comunidade externa) deverão ser realizados utilizando-se o *site* do Instituto, bem como as redes sociais do ICB, conforme previsto neste Plano. Todas as informações inseridas nestas plataformas deverão ser curadas adequadamente de maneira a garantir a

confiabilidade das plataformas em questão.

Por fim, ressalta-se a importância de se observar a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Nº 13709 de agosto de 2018) no compartilhamento e publicização de informações, quando pertinente.

### **3.3 Segurança**

Entende-se por segurança, em um ponto de vista amplo, o conjunto de medidas que visam à proteção contra riscos, perigos ou perdas, relacionadas a pessoas e a coisas. No que se refere ao nosso Instituto, duas vertentes são primordiais: a segurança pessoal, que trata-se de um conjunto de princípios e ações preventivas que visam assegurar a integridade física, mental e/ou moral dos colaboradores, promovendo bem estar e confiança, e a segurança no ambiente de trabalho, que é o conjunto de medidas de prevenção que pretendem proteger o trabalhador no exercício de sua função e no espaço profissional como um todo, promovendo um ambiente saudável, reduzindo riscos de acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais.

No âmbito da UFJF, quando nos referimos à segurança pessoal, a Coordenação de Vigilância, parte integrante da Pró-Reitoria de Infraestrutura e Gestão (PROINFRA), é a responsável, sendo suas principais atribuições: “planejar, coordenar e executar os serviços relacionados à segurança patrimonial da UFJF, compreendendo o *campus* sede e todas as áreas de funcionamento externo, incluindo a Fazenda Ewbank da Câmara; coordenar, executar e supervisionar os serviços de Portaria e Vigilância Armada; controlar e visualizar as imagens das câmeras instaladas no *campus* sede, através da Central de Monitoramento, sendo responsável pelo fornecimento de imagens das áreas monitoradas, quando da ocorrência de delitos; e orientar os usuários quanto à localização de todos os espaços e da realização de eventos dentro da instituição” (UFJF PROINFRA, 2022).

Tratando da segurança no ambiente de trabalho, como uma das coordenações da Pró Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE), há a Coordenação de Saúde, Segurança e Bem Estar (COSSBE), responsável pela atuação nas áreas de perícia oficial, segurança do trabalho, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores. Sendo que a Unidade do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS), estratégia desenvolvida pelo Ministério do Planejamento (pelo Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009), com o objetivo de implantar a Política de Atenção à Saúde e Segurança no Trabalho do Servidor Público Federal (PASS), foi incorporada em 2010. Tornando-se responsáveis por

atender aos servidores da UFJF e de outros dezesseis órgãos federais.

A COSSBE/SIASS é formada por uma secretaria e pelas Gerências de Saúde e de Segurança do Trabalho, sendo composta por profissionais de diversas áreas com atuação na área da saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho. Na esfera Pró-vida, oferta diversos projetos, como: acolhimento do servidor em situações de vulnerabilidade psicossocial, reinserção ao ambiente de trabalho, introdução à prática de Mindfulness, servidor saudável: grupo de corrida e caminhada, projeto de atenção à saúde mental, “Vamos conversar...”, luz de Betânia: rodas de conversa e vivências de apoio à gestação, parto e puerpério e encontros da saúde: práticas educativas e reflexões de promoção à saúde no trabalho.

O setor da Gerência de Segurança do Trabalho exerce ações na Vigilância em Saúde do Servidor, seguindo as diretrizes dispostas na Portaria Normativa 03/2010, onde há “o conjunto de ações contínuas e sistemáticas, que possibilita detectar, conhecer, pesquisar, analisar e monitorar os fatores determinantes e condicionantes da saúde relacionados aos ambientes e processos de trabalho, e tem por objetivo planejar, implantar e avaliar intervenções que reduzam os riscos ou agravos à saúde”. Atua na avaliação dos ambientes e processos de trabalho, considerando todas as situações de risco existentes que possam comprometer a saúde dos servidores, e os instrumentos adequados a serem justapostos à realidade local e definidos pelo grupo de trabalho de vigilância.

Já o setor da Gerência de Saúde do Trabalhador efetua ações nas áreas de Perícia Oficial em Saúde e na prevenção aos agravos, promoção e acompanhamento da saúde dos servidores. Sendo que a perícia oficial “aborda a saúde em seu sentido amplo e conta com o suporte da equipe multiprofissional, que trabalha numa perspectiva interdisciplinar, visando a integralidade das ações e humanização do trabalho”. Essa gerência “desenvolve ainda, exames admissionais, demissionais, periódicos e avaliações de ambientes de trabalho. Articula a implementação dos Núcleos de Atenção à Saúde do Servidor (NASS) nas Unidades da UFJF, por meio dos quais ocorre a interlocução mais direta com os ambientes laborais, na perspectiva de uma atuação em nível coletivo para a promoção da saúde nestes ambientes” (UFJF- COSSBE/SIASS, 2022).

E no que tange à Unidade Acadêmica, por ser um local que contém ambientes diversos, principalmente laboratórios de ensino e pesquisa, com atividades que incluem a manipulação de produtos contaminantes e potencialmente tóxicos, com o exercício de cargos diferentes, algumas ações foram e são realizadas, de forma pontual. Pretende-se realizar

sistematicamente inspeções de segurança para análise de riscos, fiscalizar ambientes insalubres, verificar a validade de extintores de incêndio, elaborar um guia de incompatibilidade de produtos químicos, criar um veículo de comunicação de acidente em serviço, promover cursos relacionados à biossegurança, acompanhar a necessidade e fornecimento de itens de segurança, dentre outros. Desta forma, objetiva-se promover um ambiente seguro e de respeito às normas da Política de Segurança e Saúde no Trabalho da UFJF.

Cabe também citar que, este tópico foi processo de grande preocupação e discussão entre os TAEs durante os últimos Programas de Avaliação de Desenvolvimento dos Técnico-Administrativos em Educação (PROADES) e que inúmeras metas para a promoção de melhorias em cada ambiente de trabalho foram inseridas e cumpridas por estes.

Porém, ainda que parte importante das ações já estejam em andamento ou já estabelecidas, outras ainda necessitam de muita atenção. Desse modo, pretende-se colocar em prática medidas prioritárias para o fortalecimento da adequada segurança da infraestrutura de pesquisa, ensino, cultura e extensão, além da obtenção da certificação do Corpo de Bombeiros e da criação de um órgão denominado Escritório de Segurança no ICB, que integraria três comissões de apoio: Comissão de Segurança Química, Comissão de Biossegurança e Comissão de Segurança Pessoal, visando promover ações periódicas, para que um processo de amadurecimento nos quesitos biossegurança e segurança pessoal sejam realizados, impulsionando um processo mais robusto e eficiente que seja capaz de proteger a vida e a saúde mental de nossos colaboradores.

### *3.3.1 Projeto de biossegurança*

O conceito de biossegurança começou a ser construído na década de 70, com o surgimento da engenharia genética, que provocou uma forte reação mundial na comunidade científica, culminando com a Conferência de Asilomar, na Califórnia em 1974, onde as primeiras normas norte americanas relacionadas ao tema surgiram. Sendo assim, outros países também seguiram os Estados Unidos, percebendo a necessidade de estabelecerem legislações e regulamentações para estas atividades.

Na década de 80, a Organização Mundial de Saúde conceituou a biossegurança como “práticas de prevenção para o trabalho em laboratório com agentes patógenos” e classificou os riscos como biológicos, físicos, químicos, radioativos e ergonômicos. Já na década de 90,

inseriu os conceitos: ética em pesquisa, meio ambiente, animais e processo envolvendo tecnologia que utilizam DNA recombinante.

Enquanto no Brasil, somente em 1995, houve a criação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, com o objetivo de regulamentar essas atividades. Suas responsabilidades eram fiscalizar a manipulação de organismos geneticamente modificados, promover a segurança dos ambientes laboratoriais, bem como disseminar os conceitos de biossegurança e propiciar informações que contribuirão na segurança do homem e do meio ambiente em aspectos relacionados às atividades de produção, ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e prestação de serviços. Já em 2002, sob o escopo do Ministério da Saúde, houve a criação da Comissão de Biossegurança em Saúde, cujo propósito era definir estratégias de atuação, avaliação e acompanhamento das ações de biossegurança, interligando as instituições relacionadas ao Ministério da Saúde.

Hoje, biossegurança, de acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), é definida como a “condição de segurança alcançada por um conjunto de ações destinadas a prevenir, controlar, reduzir ou eliminar riscos inerentes às atividades que possam comprometer a saúde humana, animal e o meio ambiente” (BRASIL, 2022). Porém, há também outros conceitos que estão relacionados à prevenção de acidentes em ambientes ocupacionais, abrangendo o conjunto de medidas administrativas, técnicas, educacionais, psicológicas e médicas.

Na atualidade, a biossegurança está constantemente analisando os riscos a que os profissionais, principalmente aqueles alocados em laboratórios, estão expostos em seus ambientes de trabalho e em suas atividades. Essa consideração abrange vários aspectos, sejam relativos aos procedimentos adotados (boas práticas em laboratório (BPL's)), aos agentes manipulados, à infraestrutura dos laboratórios ou informacionais, como a qualificação/treinamento de seu grupo de trabalho.

E atualmente, estes riscos devem estar descritos em guias de biossegurança por local de trabalho, precisando abarcar o controle de engenharia, políticas de gerenciamento, práticas e procedimentos de trabalho, quanto às intervenções médicas.

Portanto, objetiva-se no ICB, por meio da Comissão de Biossegurança e de Segurança Química, em parceria com a COSSBE/SIASS, produzir um guia de biossegurança em cada local de trabalho, estabelecendo os riscos (ambientais (físico, químico e/ou biológico), ergonômicos e de acidentes), fornecendo barreiras de contenção e um programa de segurança, que proteja



os profissionais, bem como o meio ambiente, a eficiência das atividades laboratoriais e a garantia do controle de qualidade do trabalho realizado.

Para isso, pretende-se criar mapas de riscos (conforme descrito mais adiante), manual de boas práticas e procedimentos operacionais padrões, como forma de guiar o comportamento de todos, eliminando ou minimizando os riscos, validando e fornecendo qualidade aos processos. As barreiras de contenção primárias, que são os equipamentos de segurança (de proteção individual – jaleco, luvas, máscaras, óculos de segurança, dentre outros – e coletiva – lava-olhos, cabine de segurança, extintores, chuveiros, dentre outros), quanto às secundárias, que são as facilidades de salvaguardas (que dizem respeito à construção, localização, instalações físicas, mobiliário e sinalizações), serão tratadas como elementos vitais, assim como a adequação da ergonomia. Os laboratórios serão classificados respeitando-se os níveis de biossegurança (NB-1, NB-2, NB-3 e NB-4), de acordo com o agente biológico de maior classe de risco. Os treinamentos devidos serão aplicados, inclusive aos discentes que frequentam tais ambientes de ensino. E por fim, controles periódicos serão inseridos como medida de acompanhamento.

Assim, com a padronização e implementação das medidas mais adequadas a cada local de trabalho, bem como pelo desenvolvimento de uma cultura de segurança em nosso Instituto, criar-se-á um ambiente mais seguro e otimizado, a fim de proteger nossos colaboradores e a comunidade em geral.

#### *3.3.1.1 Mapa de riscos*

É a representação gráfica do mapeamento de riscos ambientais, por meio de círculos de diferentes tamanhos (que indicam a gravidade) e cores (grupo a que pertence o risco). É uma das categorias de avaliação qualitativa dos riscos que os locais de trabalho devem possuir, de fácil visualização. Seu objetivo é auxiliar no levantamento de riscos, pois reúne informações necessárias para estabelecer o diagnóstico da situação de segurança e saúde no trabalho, além de ser fonte de informação para os colaboradores e visitantes e de planejamento de ações preventivas a serem adotadas pelo Instituto.

Surgiu, no Brasil, por meio da Portaria nº 05 em 17/08/92, modificada pelas Portarias nº25 de 29/12/94 e portaria nº8 de 25/02/99, tratando da obrigatoriedade, por parte de todas as empresas, da representação gráfica dos riscos existentes nos diversos locais de trabalho, sendo parte inclusive da Norma Regulamentadora 9 (NR-9), que é responsável pelo Programa

de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).

No serviço público federal, há também uma base legal de implantação, denominada Norma Operacional de Saúde do Servidor Público Federal, determinada pela Portaria Normativa nº3 de 07/05/10 que relata em seu artigo segundo que: “a concepção que fundamenta as ações de atenção à saúde do servidor, prioriza a prevenção dos riscos à saúde, a avaliação ambiental e a melhoria das condições e da organização do processo de trabalho de modo a ampliar a autonomia e o protagonismo dos servidores”. Devendo-se levar em conta a avaliação do ambiente e dos processos de trabalho, acompanhamento da saúde e ações educativas.

A aplicação destes mapas possui inúmeros benefícios, tanto para os colaboradores quanto para o Instituto, pois propicia que os riscos existentes em cada local de trabalho sejam previamente identificados, conscientiza quanto ao uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletivo, facilita a gestão de saúde e segurança, reduz os gastos com acidentes e doenças, substituição de colaboradores, indenizações e danos patrimoniais, além de promover ganho de qualidade e produtividade.

Dentre os riscos que são considerados estão: físicos (ruído, temperatura, vibração, pressões anormais, radiações ionizantes e não ionizantes e umidade), químicos (poeira, fumo, névoa, gases, vapores, neblinas e substâncias, compostos e produtos químicos em geral, em suas diferentes formas físicas), biológicos (vírus, bactérias, parasitos, protozoários, fungos e bacilos), ergonômicos e psicossociais (esforço físico intenso, levantamento e transporte manual de carga, exigência de posturas inadequadas, controle rígido de produtividade, monotonia e repetitividade, falta de autonomia, dificuldade nas relações interpessoais, envelhecimento da força de trabalho, treinamento inadequado, conteúdo de trabalho difícil, ferramentas inadequadas, trabalhos em período noturno, e outras situações causadoras de *stress*físico e/ou psíquico) e os geradores de acidentes (arranjo físico inadequado, iluminação inadequada, probabilidade de incêndio, eletricidade, armazenamento inadequado, animais peçonhentos, falta de equipamento de proteção individual (EPI), EPI inadequado, falta de sinalização, problemas de edificação, risco de queimaduras e manuseio de vidraria e material perfuro-cortante).

Sendo assim, pretende-se, como passo inicial ao projeto de biossegurança, elaborar no ICB, por meio da Comissão de Biossegurança em parceria com a Gerência de Segurança no Trabalho, os mapas de risco de cada ambiente do ICB, iniciando pelo conhecimento do

processo de trabalho de cada localidade, através de processo participativo de seus colaboradores (avaliando número, idade, sexo, queixas de saúde, jornada de trabalho e treinamento recebido), pela análise das atividades exercidas, equipamentos, instrumentos e materiais de trabalho, além do ambiente como um todo. Após identificar os fatores de risco existentes (conforme a classificação dos riscos), as medidas preventivas (existentes e a serem implantadas – medidas de proteção coletivas, medida de organização do trabalho, medida de proteção individual e medidas de higiene e conforto) e os indicadores de saúde (exames periódicos, queixas mais comuns entre os trabalhadores expostos aos mesmos riscos, investigar os acidentes de trabalho, doenças profissionais/ocupacionais diagnosticadas e casos de ausência no trabalho). E por fim elaborar os mapas, com os círculos de acordo com os agentes de risco e a gravidade, além de incluir o número de trabalhadores expostos e a especificação dos agentes, anexando em cada localidade, sendo revisto anualmente. Ademais, promover o treinamento dos colaboradores.

Assim, objetiva-se fomentar a proteção da saúde dos colaboradores atuantes no ICB, além de estar consoante com as normas estabelecidas.

### *3.3.1.2 Aquisição de equipamentos de biossegurança*

Entende-se por equipamento de biossegurança, os equipamentos de proteção individual, coletiva e os ergonômicos.

Os equipamentos de proteção individual, conhecido por EPIs, são utilizados para minimizar os riscos ocupacionais e evitar possíveis acidentes, como luvas, jalecos, aventais, calçados, óculos de proteção, óculos de segurança, máscaras, entre outros. Já os equipamentos de proteção coletiva, EPCs, são utilizados a fim de minimizar a exposição dos colaboradores e reduzir as consequências quando ocorre algum acidente, como chuveiro, lava-olhos, extintor, entre outros. E os ergonômicos são aqueles que se adequam às características psicofisiológicas de cada colaborador, promovendo segurança e conforto, como cadeira na densidade e a altura correta de acordo com o colaborador que a utiliza, entre outros.

Hoje no ICB, apesar de muitos ambientes de trabalho estarem adequados às normas, ainda há uma grande preocupação em se atender quantitativamente e qualitativamente a todos, de forma contínua, assegurando a biossegurança geral. Sendo assim, pretende-se a partir do projeto de biossegurança do ICB, determinar de maneira geral os equipamentos de

biossegurança necessários, gerando clara visualização dos que devem ser mantidos, adquiridos e/ou trocados, da periodicidade de aquisição e/ou manutenção e/ou troca e dos locais em que deverão estar. Tem-se também o propósito de assegurar que os colaboradores, por meio de treinamento, compreendam o uso de cada equipamento, além de serem capazes de julgar se estão ou não em condições seguras de uso, incluindo ações de emergência em caso de mau funcionamento.

Quanto ao processo de aquisição destes pelo Instituto, via UFJF, deve-se assegurar que haverá zelo para que os equipamentos sejam adequados ao uso pretendido e que atendam às normas e regulamentos técnicos que dispõe sobre a instalação, segurança, uso e desempenho dos mesmos.

Dessa forma, com esse conjunto de medidas, aspira-se garantir a máxima proteção de todos.

### *3.3.2 Plano de segurança*

Em tempos de violência desenfreada e crescente, garantir a proteção de nossos colaboradores, discentes e visitantes contra riscos no espaço que compreende o nosso Instituto, desenvolvendo estratégias firmes de segurança e criando um ambiente seguro, faz-se necessário e totalmente possível.

A redução das vulnerabilidades e um ambiente mais tranquilo e funcional, traz confiança, produtividade e qualidade ao trabalho do colaborador, além de assegurar a aprendizagem e a liberdade de interação dos alunos.

Hoje, no ICB, com essa finalidade, há a atuação da empresa Master, uma empresa de segurança terceirizada, “regulamentada pela Polícia Federal e autorizada a prestar serviços de Segurança Patrimonial, Segurança Eletrônica, Segurança Pessoal e Escolta Armada para empresas e organizações públicas e privadas dos mais diversos portes e ramos de atividade, aliados à tecnologia de última geração, profissionais altamente capacitados e com solidez financeira para atender o segmento de Segurança Privada com excelência, responsabilidade e máxima qualidade” (MASTER VIGILÂNCIA, 2022), que está ligada à Coordenação de Vigilância da UFJF, cujo planejamento, em nosso Instituto, é de um segurança a cada doze horas, de segunda à domingo, e um sistema de monitoramento por câmeras, cuja central encontra-se próxima ao Centro Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia (CRITT). Além da Pró-Reitoria de Infraestrutura e Gestão (Proinfra), responsável por garantir a iluminação geral.

Nota-se, porém, que, apesar da observação da ronda constante pelos vigilantes e da adequada iluminação em boa parte, o ICB, até por ser um espaço bem amplo, ainda possui alguns pontos de vulnerabilidade e de baixa iluminação que, principalmente, durante o período noturno, quando há menor movimentação de pessoas, gera receios em alguns colaboradores e discentes.

Sendo assim, como forma de melhorar a segurança em nosso Instituto, intenciona-se criar a Comissão de Segurança do ICB, que em parceria com a Coordenação de Vigilância, a empresa Master e a Proinfra, colaboraria com o levantamento e a discussão de situações de risco, procedimentos e transformações que se fazem necessárias para o aumento da segurança em nosso ambiente. Também ficaria responsável pela promoção de treinamentos e divulgação para a comunidade acadêmica, atuando na conscientização e preparo quanto aos procedimentos a serem realizados em caso de situações reais.

Pensa-se que, neste tema, toda união de ideias e forças torna-se extremamente benéfica na inserção de boas práticas para a minimização dos riscos e para o reforço da proteção.

### **3.4 Identidade e Comunicação**

#### **3.4.1 Identidade visual**

A identidade visual é um conjunto de elementos gráficos e visuais que tem por objetivo comunicar quem é a entidade bem como seus valores, propósito e missão (SEBRAE). Dessa forma, a identidade visual se torna fundamental, pois representa a exposição gráfica da “personalidade” daquela entidade, definindo, de maneira visual, prática e à “primeira vista”, sua identidade. Além disso, o estabelecimento de uma identidade visual atribui reconhecimento e valor à entidade representada, além de proximidade e identificação com seu público-alvo.

Em termos práticos, dentre os diversos elementos que podem compor a identidade visual de qualquer entidade ou instituição podemos citar o logotipo, as cores, a fonte e tipografia e os ícones.

Neste contexto, o Instituto de Ciências Biológicas possui, como elementos de identidade visual, o seu brasão e as cores que o compõem. Entretanto, seguindo os padrões da UFJF, o brasão é indicado apenas para documentos oficiais e comunicações derivadas deles, não sendo o mais adequado em casos de divulgações, de comunicações amplas ou peças de

caráter informativo. Assim, tendo em vista sua importância, torna-se fundamental a produção de elementos gráficos que possam constituir a identidade visual do ICB de forma a estabelecer uma padronização e aumentar seu reconhecimento interna e externamente.

Diante do exposto, o presente Plano propõe a construção dos elementos gráficos mencionados acima, a saber: logotipo e ícones relacionados, padronização de paleta de cores, padronização de fontes e tipografia. Ademais, propõe a construção de um conjunto de instruções simples, capazes de orientar no correto uso de cada item. A partir destes elementos gráficos, todas as peças gráficas relacionadas ao ICB seriam produzidas levando-se em conta essa identidade visual.

### 3.4.2 Site do ICB

Em termos gerais, um *site* ou *Website* possui diversas funcionalidades, tais como comunicar, divulgar, vender ou entregar algum produto ou serviço, constituindo-se a porta de entrada virtual de qualquer empresa ou instituição.

Neste contexto, o presente Plano propõe a reconstrução do *site* do ICB utilizando-se do modelo vigente na UFJF e levando em conta toda a identidade visual construída para o Instituto. Ademais, tendo em vista que a manutenção e atualização constante do *site* são ações imprescindíveis para que este permaneça útil à comunidade do ICB e ao público externo, é proposto ainda a determinação de servidores e/ou estudantes de projetos (bolsistas, voluntários) que sejam responsáveis por esta ferramenta, recebendo treinamento adequado.

O presente Plano Diretor propõe ainda que seja realizada uma interlocução com a Diretoria de Imagem institucional e/ou faculdade de jornalismo no intuito de estabelecer ações que objetivem o levantamento de notícias e/ou informações de importância para o instituto de forma a manter o *site* alimentado e atrativo. Ressalta-se a importância da divulgação de atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão de forma a divulgar o trabalho realizado pelos servidores do Instituto.

O presente Plano propõe ainda a inclusão, no site do ICB, de documentos de interesse geral, tais como o manual do aluno (documento a ser criado), Regimento Acadêmico da Graduação (RAG), informações sobre localização de espaços de visitação, laboratórios, salas de aulas, além da divulgação de oportunidades para alunos e servidores (editais de seleção, cursos, eventos, etc).

### 3.4.3 Mídias sociais

Mídias sociais são *websites* e aplicativos que tem por finalidade a conexão de pessoas em todo o mundo, sendo chamadas também de redes sociais. Na atualidade as redes sociais têm ganhado uma importância crescente visto que, através destas tecnologias, as pessoas, empresas ou organizações são capazes de criar e divulgar conteúdos, interagir com outras pessoas, criar e manter laços afetivos e profissionais além de expressar suas emoções e opiniões de uma maneira rápida, barata e abrangente. Além disso, as redes sociais são hoje importantes formadoras de opinião. Cabe ainda destacar que, diferente da grande parte dos *sites*, que apresentam conteúdo pronto e “estático”, as mídias sociais são interativas e dinâmicas, permitindo a integração com o usuário de maneira rápida ou, até mesmo, em tempo real.

Neste contexto, levando-se em conta a disseminação das redes sociais, em especial entre os jovens, e sua importância na divulgação de informações, na formação de opinião e na interação com os usuários, o presente Plano propõe a criação e manutenção de contas em redes sociais para o ICB com o intuito de divulgar e promover notícias e acontecimentos do Instituto. Essas ferramentas seriam gerenciadas de forma a manter a identidade visual do Instituto e poderiam, inclusive, reforçar informações presentes no *site* do ICB bem como divulgar acontecimentos de caráter pontual que, em geral, não são adequados para um *site*. Ademais, considerando a existência de várias iniciativas no âmbito do ICB, tais como redes sociais criadas por servidores, Programas de Pós-Graduação ou Cursos, as redes sociais do Instituto poderiam ser agregadoras, constituindo-se em uma importante conexão entre elas.

Destaca-se novamente a importância da divulgação dos trabalhos realizados por servidores e alunos do Instituto, as conquistas alcançadas (recebimento de prêmios, reconhecimentos, etc.), bem como oportunidades no âmbito do Instituto.

É importante destacar que, no caso das redes sociais, a atualização frequente possui caráter vital. Tal característica reforça a necessidade de servidores e/ou alunos de projetos que estejam engajados nestes serviços.

## 4. GESTÃO

### 4.1 Patrimônio

#### 4.1.1 Levantamento e gerenciamento patrimonial

A questão patrimonial envolve todo e qualquer bem de capital que esteja alocado nas dependências do ICB, seja na Secretaria, em Sala de Aula ou na esfera departamental. É de responsabilidade dos gestores responder pela guarda e conservação de todos os materiais permanentes sob a sua responsabilidade.

Ao longo dos anos, a conferência patrimonial não vem sendo realizada pela UFJF com a sistemática necessária para se identificar itens inservíveis e acrescentar itens recentemente adquiridos.

Neste processo, é importante não somente uma ação institucional sistêmica, mas também uma identificação física padronizada para que o bem possa ser alocado em alguma dependência.

Neste sentido, a Direção do ICB iniciou, em 2019, um processo de identificação de blocos e salas seguindo uma lógica alfanumérica estabelecida pela PROINFRA. Este processo foi interrompido pela pandemia e precisa ser retomado não somente para fins patrimoniais, mas também, para fins de localização adequada dos usuários.

Na tentativa de minimizar as questões decorrentes de anos seguidos sem levantamento patrimonial, a UFJF iniciou um procedimento que acabou não avançando, em alguma medida, pelas restrições impostas pela pandemia, mas, sobretudo pela complexidade das ações que envolvem essa tratativa.

No âmbito do ICB, imagina-se que a forma possível e que não depende, em princípio, de uma ação institucional, seria realizar o levantamento de todo o patrimônio existente, criando, por meio de portarias, agentes patrimoniais lotados nos diferentes departamentos/coordenações/laboratórios que ficariam responsáveis por esse levantamento. Neste processo, iniciar-se-ia do que existe e está fisicamente lotado em cada espaço do ICB. Embora essa iniciativa deva estar em acordo com as diretrizes institucionais, considerando a complexidade do processo em toda a universidade, entende-se que ela permite minimamente um diagnóstico tornando a gestão patrimonial por parte dos responsáveis, mais clara e organizada.

#### *4.1.2 Coleções biológicas*

O ICB possui em funcionamento para visitação e consulta dois grandes acervos abrigados no Museu de Malacologia Maury Pinto de Oliveira e no Herbário Leopoldo Krieger.

O Museu de Malacologia se destina à contínua formação e preservação de um acervo



que retrate a biodiversidade da malacofauna do Brasil. O acervo constitui um patrimônio universal, servindo como referência nacional e internacional no estudo de moluscos. A existência desse acervo permite a realização de pesquisas, formação de recursos humanos e atendimento ao público por meio da realização de projetos de extensão e popularização da ciência. Nesse sentido, a coleção malacológica do Museu atende a todas as funções atribuídas às coleções biológicas: guarda, conservação, estudo e difusão do conhecimento. No momento, são quase 12 mil lotes de espécimes, contendo cada um, um número variável de amostras. O acervo apresenta uma ampla representatividade geográfica, incluindo espécies de todos os continentes. Apresenta, ainda, importante representatividade histórica, uma vez que parte significativa da coleção malacológica foi constituída a partir da doação de espécimes por cientistas da área de malacologia, de diversos países, desde a década de 1950. O Museu inclui, ainda, um importante acervo bibliográfico; acervo histórico que representa a história do próprio Museu, de seu fundador, Prof. Maury Pinto de Oliveira, bem como da malacologia brasileira; e amostras de tecido *voucher* de estudos de biologia molecular.

Nos anos de 1940, Leopoldo Krieger e Luiz Roth, estudantes de teologia, iniciaram a coleção de plantas que hoje é reconhecida como Herbário Leopoldo Krieger, da Universidade Federal de Juiz de Fora. O Herbário conta com mais de 50000 registros de angiospermas, gimnospermas, pteridófitas, briófitas, fungos (incluindo líquenizados) e algas, além das coleções da xiloteca, carpoteca e sementeca. É um dos principais herbários do estado de Minas Gerais, com coleções importantes da Zona da Mata mineira (destacando-se o Parque Estadual do Ibitipoca, Parque Nacional do Caparaó, Reserva Biológica da Represa do Gramma e Juiz de Fora e região), Paraná e Amazonas, além de Áustria e Alemanha.

A função e a importância das coleções científicas residem no fato de que as amostras, sejam de qual natureza forem, possuem imenso valor histórico e científico. As coleções científicas preservam a memória e detêm informações de alta relevância para a comprovação de hipóteses científicas, intercâmbio de materiais e troca de informações entre instituições, ampliando em grande medida a visibilidade do ICB e da UFJF.

Neste sentido, é fundamental a construção de uma política de apoio à manutenção da estrutura física e a viabilização de recursos humanos que contribuam para a catalogação, manutenção e administração dos acervos. Institucionalizar todas as coleções também deve constituir um dos objetivos.

#### *4.1.3 Manutenção de infra-estrutura física e equipamentos*

Como anteriormente salientado, o ICB dispõe atualmente de mais de 16 mil metros quadrados de área construída entre salas e laboratórios.

A manutenção predial é realizada com recursos da matriz orçamentária do ICB, por meio de requisições internas à Pró-reitoria de Infraestrutura e Gestão. As despesas são debitadas diretamente na matriz da unidade sempre que os materiais necessários são retirados, seja do Almoarifado Central, seja do Almoarifado da Proinfra. É imperativo destinar de forma ininterrupta parte dos recursos da unidade para os inúmeros reparos necessários evitando a degradação do patrimônio e ao mesmo tempo tornando o ambiente de trabalho mais agradável e menos insalubre. Neste aspecto, entende-se que toda a manutenção da infraestrutura física deve ser responsabilidade de recursos da Matriz Orçamentária do ICB, incluindo os espaços destinados às Coordenações de Curso, seja de Graduação ou de Pós-Graduação.

O conjunto de equipamentos do ICB inclui desde dispositivos mais simples como medidores de pH, balanças e agitadores magnéticos até equipamentos mais complexos como citômetro de fluxo, HPLC e sequenciador de DNA. Alguns são usados em atividades de ensino e, podem, em sua maioria, terem sua manutenção realizada pela PROINFRA. Outros, contudo, precisam de manutenção externa seja pela inexistência de expertise, peças ou mesmo a necessidade de inexigibilidade no reparo. Desde 2019, o ICB criou uma linha de investimento na manutenção de nossos equipamentos, o que tem permitido a continuidade das atividades de ensino e pesquisa.

Considerando a dificuldade de renovação dos equipamentos pela restrição orçamentária, a oneração de projetos de pesquisa quando as manutenções são ali incluídas e a necessidade de que os equipamentos permaneçam atendendo à sua finalidade, entende-se que se deve destinar recursos da matriz orçamentária para essa manutenção. Neste aspecto, recomenda-se a criação de uma comissão que se dedique sobre o processo conjuntamente com a Cosup/PROINFRA para tornar mais eficientes as licitações, reduzindo a perda de recurso em função do extenso trâmite exigido pela legislação.

#### **4.2 Pessoas**

Um dos pilares mais importantes de uma organização é a participação dos colaboradores. Sabe-se que para gerar resultados de excelência, é de suma importância que

sejam administrados satisfatoriamente.

Em resumo, gerir pessoas é aplicar um conjunto de práticas e metodologias que aspiram melhorar o desenvolvimento das mesmas com todas as suas capacidades e experiências nas competências em que lhes são atribuídas. Colaboradores mais engajados e comprometidos proporcionam um atendimento de excelência, satisfazendo mais e melhor os seus usuários. Em contrapartida, a falta de gestão ou uma gestão ineficiente, pode fazer com que excelentes colaboradores e talentos de grande valia sejam perdidos, promovendo uma indesejada rotatividade, impactando negativamente nos resultados da instituição.

Atualmente, na UFJF, quem cuida da gestão e de processos que envolvem a administração de pessoal, pautada no ordenamento legal da política de pessoal do Serviço Público Federal, definido por Atos Normativos e Atos Autorizados expedidos pelo Governo e Ministérios da Educação (MEC) e do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), é a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE), estruturada em três coordenações (Coordenação de Administração de Pessoal (CAP), Coordenação de Alocação e Movimentação de Pessoas (CAMP) e Coordenação de Saúde, Segurança e Bem-Estar (COSSBE) e uma Pró-Reitoria Adjunta, que possui três núcleos estratégicos de gestão (Núcleo de Planejamento, Inovação e Assistência (NUPLA), Núcleo de Apoio e Gestão de Carreiras (NUGEC) e Núcleo de Qualificação e Desenvolvimento de Pessoas (NUDEP). Sua atuação é focada em programas que incluem a melhoria na qualidade de vida no trabalho, no atendimento à saúde do trabalhador, na capacitação e qualificação e nas avaliações de desempenho dos servidores.

E no que tange à nossa Unidade Acadêmica, a gestão de pessoas é efetuada pela direção, coordenações de departamentos e pelas secretarias que, de modo geral, atuam retirando dúvidas sobre processos relativos a esta gestão, fazem a ligação entre interesses entre colaboradores/discentes e a PROGEPE, atuam na distribuição de pessoas, no Plano de flexibilização, cumprem e fazem cumprir as diretrizes relativas à administração de pessoal, no que lhes compete, identificam as necessidades e propõem aos órgãos competentes políticas de desenvolvimento humano relativos aos nossos servidores, participam da elaboração das escalas de férias, apuram a frequência de nossos funcionários, propõem e executam ações que visam à melhoria do serviço prestado pela divisão, entre outros. No atual momento do ICB, contamos com 187 funcionários distribuídos em 10 departamentos, sendo 128 docentes e 59 TAEs (22 alocados na área administrativa, 22 no ensino de graduação e 15 na pesquisa, pós-graduação e extensão). Além de inúmeros discentes, distribuídos em duas graduações

próprias (Ciências Biológicas e Nutrição) e 9 graduações integradas (Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia, Psicologia e Química).

Assim, com o apoio dessas bases e pautados na valorização, em uma melhor distribuição de colaboradores, na motivação, na comunicação, no trabalho em equipe, na participação, nas oportunidades de conhecimento e competência e em treinamentos, objetiva-se construir este Plano Diretor. Afinal, os avanços, as conquistas e a expansão do Instituto só se tornarão reais se trilharmos, todos, lado a lado.

#### *4.2.1 Reorganização interna*

Reorganizar internamente os colaboradores significa reestruturar, significa adotar novas políticas e práticas com o propósito de promover um crescimento mais equilibrado do ICB, satisfazendo tanto quanto possível os interessados internos e externos.

Assim, com a finalidade de se obter uma visão mais ampla de como conduzir a gestão da equipe ICB, direcionando os colaboradores mais adequados para cada área de atuação, de acordo com sua formação e competência, além de respeitar as atribuições pertinentes ao seu cargo, e para que se atinjam melhores resultados na Instituição, a curto, médio e longo prazo, faz-se necessário a realização do mapeamento do perfil de seus profissionais e dos processos. Com as necessidades mais visíveis, podem-se promover mudanças de forma mais precisa e positiva, garantindo aos nossos profissionais a possibilidade de atingir seus objetivos de carreira e de se tornarem mais produtivos e satisfeitos nas atividades que exercem, além de criar estruturas delimitadas mais eficientes.

Portanto, baseado numa política institucional de dimensionamento da força de trabalho e análise de matriz de competências para cada função, no que couber à Unidade, aspira-se entender a distribuição dos colaboradores por departamento, avaliando as reais necessidades de cada um, seja na inserção de novos servidores, como na possibilidade de compartilhamento e remanejamento dos já existentes. E concomitantemente, mediante uma avaliação das competências de cada profissional, estabelecer um paralelo com a função exercida, a fim de compreender o que é necessário para que cada um possa atingir o seu máximo desempenho, com toda determinação, seja por meio de realocação, divisão de sobrecargas ou pela necessidade de novas capacitações e/ou qualificações.

Desse modo, objetiva-se tornar o ICB um ambiente mais adequado aos seus

profissionais, com relações mais saudáveis, gerando efeitos diretos na produtividade e, conseqüentemente, nos resultados e na identidade da nossa Instituição.

#### 4.2.2 *Captação de colaboradores*

O processo de reorganização interna mostrará de forma clara em quais pontos e quais talentos serão necessários para reestruturar a equipe do ICB, facilitando a busca de novos profissionais pela Direção junto à PROGEPE. Esse processo facilitará a reposição de pessoal quando decorrente de aposentadorias e desligamentos.

#### 4.2.3 *Capacitação e qualificação*

Desenvolver as capacidades individuais de cada colaborador, sempre buscando fomentar a capacitação (cursos de educação não formal) e a qualificação (Graduação, Pós-Graduação *Lato Sensu* e Pós-Graduação *Stricto Sensu*) em sinergia com as atribuições inerentes a cada cargo e em sintonia com as necessidades do ICB frente a cada profissional, há um tempo tem sido realizado pela PROGEPE, mais especificamente pela Pró-Reitoria Adjunta, por meio do Núcleo de Qualificação e Desenvolvimento de Pessoas (NUDEP). Por meio do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), um dos instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), conforme previsto no Decreto no 9.991, de 28 de agosto de 2019, que dispõe sobre a PNDP da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112 quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento realizado pela UFJF, elaborado anualmente, com a participação dos servidores junto às Unidades Acadêmicas e Administrativas da UFJF, com o propósito de especificar todas as ações de desenvolvimento vitais à obtenção dos objetivos institucionais, há o norteamento das ações de capacitação e qualificação. Nesse sentido, mediante ao PDP estabelecido, para a capacitação, mostram-se disponíveis, na plataforma da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), vários cursos. E, em caso de demanda não atendida por essa via, existem meios de contratação de cursos de outras instituições reconhecidas ou de realização dos oferecidos pelo NUDEP. Assim, fica a cargo de cada servidor verificar quais cursos atingem a sua necessidade, para realizá-los, inclusive com a possibilidade de afastamento, de acordo com os requisitos estabelecidos pela nossa Administração Pública.

Referente à qualificação, o NUDEP oferece os Programas de reserva de vagas para

servidores docentes e TAEs (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública-PPGP do Centro de Políticas Públicas e Avaliação na Educação (CAEd), Mestrado Profissional em Administração Pública, Mestrado Interinstitucional em Engenharia de Produção (MINTER), Programas de Pós Graduação *Lato Sensu* da UFJF e Programa de Universalização da Língua Estrangeira), bem como o Programa de Apoio à Qualificação (PROQUALI), que oferta bolsas de estudo de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária da UFJF e dos editais e/ou portarias de chamada. Havendo também a possibilidade de afastamento, se os requisitos forem cumpridos.

Desse modo, no âmbito do ICB, pretende-se fomentar cursos que atendam às demandas detectadas pela reorganização interna para o desenvolvimento humano de seus servidores em todos os níveis, bem como promover discussões de aprendizagem, estimular a criação de espaços e eventos para discussão acerca de metodologias de ensino e grupos de discussão sobre avaliação formativa. Além de incentivar e demonstrar aos colaboradores a importância de realizarem as capacitações e as qualificações necessárias.

#### **4.3 Processos**

Gerir processos significa aplicar um conjunto de práticas que mapeiam, analisam e monitoram todas as atividades organizacionais, visando ao aperfeiçoamento contínuo, tornando os processos mais eficientes e a estrutura mais competitiva.

Essa sistematização permite conhecer melhor cada fluxo de atuação da Instituição, possibilitando uma visão mais abrangente do todo a partir de uma base de informações sólida, admitindo um maior alinhamento dos processos, com melhor aproveitamento de tempo, propiciando rápidas decisões, imediatas correções de falhas e redução nos desperdícios, ou seja, atua promovendo uma intensa otimização nos processos. Valendo-se, inclusive, como indicador mais assertivo quanto à mensuração de resultados.

Ademais, o cuidado com os processos faz com que os colaboradores também permaneçam mais satisfeitos, pelo aumento da organização e transparência instaurada, pela melhoria de comunicação e interação, pela delimitação das funções, pela redução do tempo de busca por informações, pela agilidade nos processos, tão logo pela resolução dos problemas, o que culmina no aumento da qualidade dos serviços, na produtividade e na retenção de talentos.

Torna-se também mais perceptível o aumento da sinergia entre os colaboradores e as

diversas áreas da Instituição, por meio do incremento das inúmeras vantagens que o trabalho realizado em conjunto traz.

Atuante nessa linha, presente na UFJF, há o Escritório de Processos (EP), órgão vinculado à Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (PROPLAN), criado pela Portaria UFJF nº13/2016, que possui o seu regulamento e o estabelecimento de suas competências descritos pela Portaria UFJF nº603/2021, cuja missão é “implantar a Gestão por Processos na UFJF, estabelecendo graus de maturidade em *Business Process Management* (BPM) a serem alcançados, a fim de otimizar a produtividade da instituição, diminuir o retrabalho e aumentar a eficiência administrativa, criando condições para que a UFJF possa realizar a sua missão institucional de promover o ensino, a pesquisa e a extensão em nível de excelência”, seguindo o “compromisso com os princípios norteadores da Administração Pública e com a UFJF, espírito de equipe, soluções inovadoras, qualidade, objetividade nas ações e foco na excelência” (UFJF ESCRITÓRIO DE PROCESSOS, 2022). Possuem a perspectiva de “tornar a UFJF uma referência nacional em gestão por processos no âmbito público”. Atuam por meio do presente Modelo de Governança de Processos (MGOP), documento que apresenta os fundamentos para a implantação e manutenção da Gestão por Processos na UFJF, onde são estabelecidos os graus de maturidade em BPM pretendidos por nossa Universidade, os papéis e as responsabilidades de cada colaborador envolvido na gestão por processo, sendo a base de amparo das iniciativas de Gestão por Processos no âmbito da UFJF, capaz de nortear e estabelecer princípios, políticas e regras procedimentais sobre o assunto.

Sob esse prisma, no âmbito do ICB, culturalmente, os processos são geridos por cada localidade, geralmente de forma prática e individualizada, seguindo legislações e diretrizes estabelecidas pelos serviços públicos, pela Reitoria/Pró-Reitorias da UFJF e por boas práticas indicadas por órgãos competentes. Contudo, há algum tempo, com o objetivo de galgar novos e melhores resultados, inserindo foco nos processos, estabelecendo uma gestão pautada em bases teóricas, o Escritório de Processos em parceria com a Direção do ICB, iniciaram o mapeamento dos processos, pelas atividades exercidas pela secretaria. Todavia, por questões internas do Escritório de Processos e com a chegada da pandemia, infelizmente, a evolução não se efetou da forma almejada. Sendo, portanto, neste momento, com o retorno gradual das atividades, revista a possibilidade da continuidade.

Outros grandes desafios associados ao setor público também promovem certa lentidão ao processo, como investimentos, recursos financeiros, cultura organizacional, mão

de obra, legislações, além de etapas obrigatórias a serem cumpridas. Mas que, independentemente desses fatores dificultadores, com a conscientização e a união de todos, esta ação é passível de ser implementada, de forma ordenada e com o melhor grau de fluência possível, visando a excelência do serviço público prestado por nosso Instituto.

#### *4.3.1 Mapeamento de processos de trabalho*

Identificar o curso lógico de todas as atividades que fazem parte de um processo, incluindo elementos correlacionados, descrevendo-os e tornando-os acessíveis a todos, é o conceito de mapeamento de processos de trabalho.

São vários os intuítos e as vantagens de se mapear os processos, como: compreender como cada processo funciona na prática obtendo maior controle sobre o todo, identificar a causa dos problemas e falhas, identificar os pontos críticos para que sejam executados a risca reduzindo custos e perdas, delimitar as funções e papéis de cada envolvido (demonstrando como o trabalho de cada indivíduo impacta no trabalho dos demais, gerando transparência), propor melhorias, promover uma padronização para que todo o Instituto execute o mesmo processo da mesma forma (maximizando a reprodutibilidade, segurança e eficiência), possibilitar o fornecimento de uma documentação bem estruturada e coesa capaz de servir como base para a capacitação de todos os envolvidos no processo, prever facilmente a necessidade dos recursos humanos, financeiros e profissionais, garantir o equilíbrio custo benefício dos processos, além de promover a possibilidade de um remodelamento profundo, devido a clara percepção dos pontos fortes e fracos.

Assim, todo processo de mapeamento inicia-se por meio da montagem de um portfólio, onde se realiza uma escala de prioridade para confecção dos mapas. Cria-se então representações gráficas de cada processo escolhido, idealmente construído de forma colaborativa, por meio de entrevistas, questionários, oficinas, reuniões, entre outros, abarcando o máximo de colaboradores que vivenciam o processo diariamente, desenvolvendo a empatia entre eles e fazendo com que o processo seja mais assertivo e real. Em seguida, se valida o processo, garantindo que o descrito seja o reflexo da realidade e que todos os colaboradores absorveram toda a cadeia. Passa-se então para a avaliação do funcionamento e eficácia do processo, e se necessário, pelo remodelamento, com a inserção das melhorias. Caso seja desejo, pode-se também optar pela automatização dos processos. E por fim, estabelece-se o monitoramento do processo, promovendo o acompanhamento



regular dos resultados.

Geralmente, durante este processo, recorre-se à confecção de diagramas de processo, que trazem uma visão mais ampla do todo, como forma de entender e identificar rapidamente as principais atividades de cada processo, por meio do desenvolvimento de fluxogramas simples. Em segundo nível, faz-se o mapeamento dos processos, inserindo maiores detalhes, como responsáveis, eventos e resultados, usando uma notação de BPMN simplificada. E por último estabelece-se o modelo de processo, com informações mais complexas, inserindo o estado do negócio (atual (AS-IS) ou futuro (TO-BE)) e os seus recursos (instalações, informações, finanças, energia, entre outros), utilizando uma notação de BPMN mais rica.

Assim, sob essa perspectiva, o Escritório de Processos da UFJF, juntamente com os membros que compõem a Direção do ICB, iniciaram o mapeamento dos processos do Instituto, pelas atividades exercidas pela Secretaria, por meio de entrevistas e validação final dos fluxogramas produzidos por meio da prática exercida por cada servidor responsável por cada processo, restando como segundo Plano a etapa de análise de otimização para a elaboração dos fluxogramas TO-BE. Ao total, foram trinta e quatro processos descritos e validados, como compra de materiais, serviços internos, flexibilização, resíduos, almoxarifado, verificação do SEI, contratação de serviços externos, Conselho da Unidade, entre outros. Porém, devido a alterações legais ocorridas na UFJF, que ocasionaram impactos em alguns processos, alguns deverão receber modificações. E como já dito, por questões internas do Escritório de Processos e com a chegada da pandemia, houve paralisação desse mapeamento, pretendendo-se reiniciá-lo com o retorno das atividades presenciais e, inclusive, estendê-lo a todos os departamentos do Instituto, para que todos os processos sejam mapeados.

Ainda presentes no ICB, também como forma de gestão de processos, apesar de mais simples e realizada de forma mais individualizada por colaboradores de cada setor, há também alguns laboratórios, como o Laboratório Integrado de Pesquisa do Programa de Pós Graduação em Ciências Biológicas (LIP-PPGCBIO) e o Laboratório de Imunologia (CPCCELL/IMUNOCET), e algumas áreas administrativas, como a da Anatomia, que possuem seus processos descritos sob a forma de procedimentos operacionais padrões, que podem servir como uma importante base para o mapeamento de seus processos.

#### *4.3.2 Regimento interno do ICB*

O regimento interno do ICB pode ser definido como um conjunto de normas pré-

estabelecidas que tem por objetivo regulamentar o adequado funcionamento da Unidade, fazendo com que todos os seus colaboradores tenham conhecimento sobre seus direitos e obrigações. Inclusive, configurando como parte da segurança jurídica e funcional do Instituto.

Este documento torna suas divisões mais integradas, conscientizadas de todas as suas regras, o que possibilita uma maior harmonia em suas atividades.

Recomenda-se que em sua estrutura contenha a descrição da sua caracterização e finalidades, dos objetivos, da área física e sua utilização, dos equipamentos e recursos financeiros, da utilização de cada ambiente de trabalho, da estrutura orgânica (com a descrição das partes que a compõem e suas competências), das disposições finais, assim como a documentação correlacionada e que seja redigido de maneira clara e objetiva, assegurando fácil entendimento de todas as suas informações.

Assim, conforme Art. 22 do Regimento Geral da UJFJ, caberá à Congregação do Instituto a elaboração e a modificação, quando pertinente, do regimento da unidade.

#### *4.3.3 Regimentos internos*

Tão importante quanto o Regimento Geral do ICB, são os regimentos internos da unidade. Eles dialogam em definição, importância e estrutura, diferenciando-se apenas na abrangência.

Os mesmos devem ser elaborados pelos respectivos setores e aprovados pelo Conselho de Unidade do ICB.

#### *4.3.4 ICB em números*

Pretende-se, anualmente, visando prestar contas à comunidade e dar visibilidade aos esforços realizados dentro do Instituto publicizar no *site* do ICB e/ou outras mídias sociais da unidade, as ações e benefícios gerados em nosso âmbito, no que diz respeito ao Ensino, à Pesquisa, à Extensão, à Inovação e à Cultura. Por meio de dados gráficos, planeja-se, por exemplo, a divulgação do número de discentes matriculados/concluintes ao ano nos cursos de graduação e pós-graduação do Instituto, número de bolsas em curso, número de monitorias oferecidas, produção acadêmica anual, número de eventos realizados pelo Instituto, o quantitativo de produtos recicláveis produzidos e de materiais biológicos e químicos descartados corretamente, entre outros.

#### **4.4 Recursos financeiros**

Os recursos financeiros necessários para o funcionamento do ICB e para a realização de investimentos são oriundos da dotação de crédito realizada pela PROPLAN, a partir de determinação do Conselho Superior. Essa dotação é realizada anualmente, em geral, após a aprovação do orçamento pelo Congresso Nacional. Em linhas gerais são alocados recursos nas rubricas Base, Material de Consumo, Almojarifado, Material Permanente, Veículos, SCDP e Serviços externos. A unidade acadêmica tem liberdade para movimentar os recursos entre as rubricas, exceto aquela relativa à concessão de diárias e passagens (SCDP). Gastos relativos à SCDP precisam ser autorizados pela PROPLAN, respeitando-se o teto institucional. As diretrizes básicas e os critérios técnicos para distribuição de recursos orçamentários nas Universidades Federais foram estabelecidos por meio do decreto presidencial nº 7.233, de 19 de julho de 2010 que “dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária”. Com o objetivo de institucionalizar a alocação dos recursos de custeio e capital de forma a garantir precisão técnica e transparência na distribuição desses recursos, o decreto estabelece diretrizes e indicadores de qualidade e produtividade. O resultado desse trabalho é conhecido como Matriz Andifes. Deste modo, a distribuição de recursos de custeio vem seguindo a lógica da matriz orçamentária, que tem como base referencial de cálculo a Matriz Andifes. Esta Matriz tem como principal indicador o “aluno equivalente”, além de incluir indicadores ligados a outras atividades das IFES (atividade de pós-graduação e pesquisa, etc.). O MEC fornece os dados utilizados para o cálculo da matriz de alocação de recursos anualmente, via coleta do PingIFES (Plataforma de integração de dados das IFES). De certa maneira, a UFJF tem reproduzido essa lógica para distribuir os recursos internamente. Os recursos de capital, quando existentes, passam por uma decisão do Conselho Superior da UFJF e não seguem a mesma lógica. Há alguns anos, utiliza-se um critério que divide as unidades acadêmicas em “grandes” (é o caso do ICB) e “pequenas”. Os recursos de capital alocados são de mesmo montante entre as unidades maiores e entre as unidades menores. Esse critério, que merece várias reflexões, já foi objeto de discussão e possível alteração, mas não encontrou consenso entre os diretores.

Independente da forma como os recursos são alocados no ICB, entende-se que se faz necessária uma discussão e deliberação no Conselho de Unidade com relação ao destino dos recursos tão logo eles sejam alocados, assim como, uma prestação de contas sobre o uso

deles, no início do ano seguinte. Além de conferir transparência no uso dos recursos, essa medida contribui para o envolvimento de maior número de pessoas na alocação de recursos frente às variadas demandas e à dinâmica da vida acadêmica.

Importante para a gestão financeira é a identificação dos centros de custo, evidenciando o valor necessário para a manutenção básica das atividades e permitindo que o restante seja objeto de investimento, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Unidade.

## **5. AVALIAÇÃO**

O conceito de avaliação é pensar de forma crítica sobre algo, para que um ponto de vista seja formado ou para que uma decisão seja tomada. É um exercício de reflexão sobre todos os pontos a serem avaliados, incidindo de maneira clara, honesta e ampla, todas as qualidades e defeitos de cada ponto, para que o resultado seja utilizado para a transformação e para o crescimento da organização.

Para tanto, deve-se internalizar que é a partir da compreensão do todo, que as atitudes se tornam mais fáceis de serem tomadas, para melhorar o que precisa e para avançar em direção ao alcance dos objetivos. Além de que, dar visibilidade à totalidade de potencial do Instituto e também dar valor e reconhecimento às conquistas já obtidas, mostra-se como atividade essencial na promoção do aumento de autoestima, motivação, comprometimento e bem-estar de todos, na promoção do estímulo de desenvolvimento e competências, na priorização de tarefas, no reconhecimento de erros e fraquezas, proporcionando aprendizado, evitando falhas futuras e provocando a possibilidade de fortalecimento, tão logo de transformação, no aumento de produtividade, na otimização do tempo, em economia, entre outros benefícios.

Sendo assim, pretende-se avaliar o ICB como um todo, deixando claro o que ele realmente é, onde ele está e onde quer chegar, determinar como chegar onde se quer e, principalmente, chegar aonde se quer acompanhado de outros, tornando o Instituto muito mais forte e preparado aos desafios do dia a dia.

### **5.1 Planejamento estratégico**

Entende-se por planejamento estratégico o processo sistêmico de criação e execução da melhor estratégia para se alcançar um ou mais objetivos. Trata-se de um plano estruturado

e de fácil compreensão que consta de análise situacional, definição de metas e ações.

Para a realização deste, pretende-se criar no ICB uma Comissão de Estudo e Elaboração por eixos: Macropolíticas, Intervenientes, Sustentação, Gestão e Avaliação, sendo definido um responsável por cada subeixo específico dentro de seu eixo. E que cada um desses colaboradores responsáveis, poderão agregar mais três colaboradores junto à sua atuação, como grupo de trabalho por subeixo, formando as Comissões específicas. Já focando-se no processo de montagem do planejamento estratégico, uma ordem lógica deve ser obedecida, passando pelos seguintes pontos:

- Missão, Visão e Valores:

De forma clara, em um momento inicial, as descrições acima citadas deverão ser realizadas e disponibilizadas a todos, a fim de servirem de base para um planejamento estratégico eficiente, por definirem a identidade e o posicionamento do Instituto.

- Diagnóstico e ações de autoavaliação:

Trata-se de uma radiografia da situação atual do Instituto e de seu sistema de gestão. Visa buscar e verificar o alinhamento estratégico do Instituto com os recursos existentes, descobrir quais são os pontos fracos, reduzindo-os, e os fortes, mantendo os e melhorando-os, e a melhor maneira de usufruir das oportunidades e recursos existentes para a proteção contra as dificuldades e ameaças, bem como aumentar as potencialidades e a visibilidade do ICB.

Nesta etapa, cada Comissão específica passará a ser responsável por reconhecer e coletar as informações pertinentes, por ações de autoavaliação participativas do todo e pela busca ativa rotineira no ICB e no mercado externo, de influências direta e/ou indireta nos processos, categorizando-as em fatores ambientais significativos, tanto internos quanto externos em cada item, utilizando-se da Análise SWOT (COLAUTO *et al.*, 2017) com o intuito de auxiliar as organizações na elaboração de Planejamentos Estratégicos.

A análise com essa ferramenta traz simplicidade ao processo, baixo custo, flexibilidade, incentivo à colaboração e integração entre as diversas áreas organizacionais. Com ela, quatro pontos principais são identificados: Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats). Sendo que as forças e fraquezas estão correlacionadas ao ambiente interno do Instituto e as oportunidades e ameaças ao externo.

Assim, com a identificação desses pontos, tornar-se-á mais favorável o estabelecimento das estratégias organizacionais e de planos de ação que foquem no alcance

de cada objetivo a ser estabelecido a partir daí.

- **Objetivos e metas:**

Nesta etapa, com a análise dos dados, haverá a definição dos objetivos e metas, com estabelecimento das prioridades. Sendo que o objetivo descreverá qualitativamente aquilo que se deseja atingir e a meta medirá o progresso na direção do alcance do objetivo. Sabe-se que ambos são cruciais para a melhoria do Instituto e precisam ser muito bem definidos. Para isso, pretende-se seguir o padrão SMART: serem Específicos (Specific), Mensuráveis (Measurable), Alcançáveis (Achievable), Relevantes (Relevant) e baseadas em um prazo definido para execução (Time-based).

- **Planos de ação:**

Refere-se à execução das estratégias. São responsáveis por especificar vários pontos, como o papel de cada colaborador e os recursos, necessários para que as ações previstas no planejamento sejam colocadas em prática.

Vislumbra-se a utilização da ferramenta 5W2H (O que será feito? (What); Por que fazer? (Why); Onde fazer? (Where); Quem vai fazer? (Who); Quando fazer? (When); Como fazer? (How); e Quanto custa fazer? (How much). Com ela, torna-se mais fácil mapear as atividades e executá-las com maior eficiência.

Com os planos prontos, conjectura-se que haja uma apresentação geral, expondo o trabalho realizado, para que todos se tornem cientes do todo possibilitando a posterior execução.

- **Indicadores/ Mensuração e acompanhamento de resultados:**

Durante todo o processo do planejamento estratégico, ligada ao controle, está a possibilidade de acompanhar a evolução do processo por meio de uma comparação entre o que foi planejado e o que está sendo efetivamente executado. Isto é, a avaliação do plano trata-se de verificar como a organização está agindo em busca dos novos estágios desejados.

Estabelecer um controle é imprescindível para que se avaliem as ações planejadas, de maneira a estabelecer ações corretivas/ajustes, captar mais fundos para a sua execução ou, simplesmente, cancelar a execução de uma ação.

Há metodologias específicas para precisar e executar o controle do planejamento. Conforme sugerido por Oliveira (2007):

“- Estabelecimento de padrões de medida e de avaliação – decorrentes dos objetivos,

metas, estratégias e projetos elaborados no planejamento. Os padrões são bases para a comparação entre a execução e o planejamento. Os padrões servem para uniformizar o entendimento dos variados públicos que avaliarão os planos;

- Elaboração de medidas de desempenho – estabelecer o que deverá ser medido e a forma de medir, mediante critérios de quantidade, qualidade e tempo. O objetivo é buscar a homogeneidade e a integração entre os critérios de medição. Caso não haja medidas padronizadas, a comparação poderá ser prejudicada;

- Comparação do executado com o planejado – a comparação consiste em tentar avaliar se o que está sendo executado foi planejado. Objetiva, também, verificar a correção do planejamento e os desvios que ocorreram. Algumas vezes, os desvios são aceitáveis, sendo que não haveria razões para preocupação. Outras vezes, os desvios excedem o esperado, exigindo-se ajustes e a procura de novas orientações para os planos. Por fim, caso o planejado esteja muito distante daquilo que está sendo executado, poderá ser indicada a interrupção das ações, seu cancelamento ou o próprio replanejamento. Após interromper as ações, deverão ser identificadas as causas a fim de entender os problemas e eliminá-los em sua origem;

- Definição de ações corretivas – para algumas ações, podem ser definidas formas de corrigir o percurso do Instituto. É necessário tomar providências para que os desvios significativos sejam minimizados ou eliminados.”

A escolha da melhor metodologia a ser utilizada em cada ação ficará a cargo dos responsáveis pelos subeixos.

Pretende-se que cada responsável da Comissão de Estudo e Elaboração por eixo elabore um Relatório de Gestão anual, incorporando, inclusive, a comparação da execução do trabalho ao estipulado no plano e, como forma de permitir que todos acompanhem o desenvolvimento dos trabalhos, produza apresentações sistemáticas anuais a partir deste.

Em nosso contexto, o que se pretende é atualizar a gestão pública conduzindo a modernização do gerenciamento público, focado no rigor ético e científico, sempre buscando a função social, promovendo o aumento da eficiência e qualidade de nossos serviços prestados à sociedade.

## **5.2 Meta-avaliação**

Segundo Schwandt (1989), meta-avaliação "é um método para a certificação da

qualidade (na percepção do rigor e aplicabilidade da aplicação) da avaliação e que exige um conjunto de procedimentos, padrões e critérios para seu julgamento”. Outro conceito mais simples é “emitir uma nova avaliação sobre o estudo avaliativo”.

Em nosso contexto, pretende-se promover alguns estudos sobre o procedimento avaliativo proposto, para que seja mantido ou trocado apropriadamente. Para isso, pretende-se recorrer ao Escritório de Processos, buscando as ferramentas ideais para que o processo seja realizado com rigor científico.

### ***5.3 Comissão Especial de Continuidade/Prosseguimento***

Vislumbra-se que seja de grande valia a criação de uma Comissão que permeie as Direções do ICB em função do tempo, denominada Comissão Especial de Continuidade/Prosseguimento. Esta estaria focada no acompanhamento geral dos processos existentes descritos no Plano Diretor, ao longo do tempo, e atuaria na transmissão de informações acerca do Plano às novas direções eleitas, para que o ICB seja perfeitamente compreendido e de forma rápida, promovendo assim a possibilidade de continuidade do Plano, das melhorias descritas, tão logo do desenvolvimento almejado para o Instituto, e/ou a possibilidade da instalação de um novo Plano Diretor, retirando ou inserindo novos pontos.



## 6. CRONOGRAMA

ORGANIZAÇÃO INICIAL - PLANO DIRETOR		FASE 1 (1-2 anos)	FASE 2 (3-4 anos)	FASE 3 (5-6 anos)	FASE 4 (7-8 anos)	FASE 5 (9-10 anos)
<b>1. MACROPOLÍTICAS</b>	<b>1.1. Ensino</b>					
	1.1.1 Melhoria nos espaços de ensino	20%	20%	20%	20%	20%
	1.1.2 Ampliar a oferta de novos cursos	20%	20%	60%		
	<b>1.2 Pesquisa</b>					
	1.2.1 Estimular pesquisas em colaboração (integrar informações)	20%	20%	20%	20%	20%
	1.2.2 Fortalecimento de Laboratórios Multiuso	20%	20%	20%	20%	20%
	1.2.3 Fortalecimento dos PPGs	20%	40%	40%		
	1.2.4 Fomentar a realização de eventos científicos no ICB	20%	20%	20%	20%	20%
	<b>1.3 Extensão</b>					
	1.3.1 Estimular ações de Extensão Integradas	20%	20%	20%	20%	20%
	1.3.2 Prestação de serviço	30%	35%	35%		
	1.3.3 Ligas acadêmicas	20%	20%	20%	20%	20%
	1.3.4 Promover visitas guiadas ao ICB ou ICB de portas abertas	20%	20%	20%	20%	20%
	<b>1.4 Inovação</b>					
	1.4.1 Melhor divulgação das ações de Inovação institucionais	30%	30%	20%	10%	10%
	1.4.2 Estimular ações de inovação Integradas	30%	30%	20%	10%	10%
	1.4.3 Empresa Jr.	20%	20%	20%	20%	20%
<b>1.5 Cultura</b>						
1.5.1 Realização e apoio à ações culturais no ICB	20%	20%	20%	20%	20%	

		<b>FASE 1</b> <b>(1-2</b> <b>anos)</b>	<b>FASE 2</b> <b>(3-4</b> <b>anos)</b>	<b>FASE 3</b> <b>(5-6</b> <b>anos)</b>	<b>FASE 4</b> <b>(7-8</b> <b>anos)</b>	<b>FASE 5</b> <b>(9-10</b> <b>anos)</b>
<b>ORGANIZAÇÃO INICIAL - PLANO DIRETOR</b>						
<b>2. INTERVENIENTES</b>	<b>2.1 Internacionalização</b>					
	2.1.1 Palestras e cursos envolvendo estrangeiros	20%	20%	20%	20%	20%
	2.1.2 Viabilizar intercâmbio na graduação e pós-graduação	20%	20%	20%	20%	20%
	<b>2.2 Sustentabilidade</b>					
	2.2.1 Gerenciamento de resíduos	20%	20%	20%	20%	20%
	2.2.2 Coleta seletiva	20%	20%	20%	20%	20%
	2.2.3 Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	20%	20%	20%	20%	20%

ORGANIZAÇÃO INICIAL - PLANO DIRETOR		FASE 1 (1-2 anos)	FASE 2 (3-4 anos)	FASE 3 (5-6 anos)	FASE 4 (7-8 anos)	FASE 5 (9-10 anos)
<b>3. SUSTENTAÇÃO</b>	<b>3.1 Infraestrutura</b>					
	3.1.1 Otimização e identificação do espaço físico	30%	25%	25%	10%	10%
	3.1.2 Acessibilidade	30%	25%	25%	10%	10%
	3.1.3 Criação de bloco de salas de aula	20%	40%	40%		
	3.1.4 Centralização de serviços	20%	40%	40%		
	3.1.5 Laboratórios multiusuários	20%	40%	40%		
	3.1.6 Secretarias compartilhadas	20%	40%	40%		
	3.1.7 Paisagismo	20%	20%	20%	20%	20%
	3.1.8 Área de convivência	20%	40%	40%		
	<b>3.2 Tecnologia da Informação</b>					
	3.2.1 Informatização de processos e ações de gestão	20%	40%	40%		
	3.2.2 Ferramentas de compartilhamento e publicização					
	<b>3.3 Segurança</b>					
	3.3.1 Projeto de biossegurança	100%				
	3.3.1.1 Mapa de riscos	100%				
	3.3.1.2 Aquisição de equipamentos de biossegurança		50%	50%		
3.3.2 Plano de segurança	100%					
<b>3.4 Divulgação e Imagem</b>						
3.4.1 Identidade visual	50%	50%				
3.4.2 Site	50%	50%				
3.4.3 Mídias sociais	20%	20%	20%	20%	20%	

ORGANIZAÇÃO INICIAL - PLANO DIRETOR		FASE 1 (1-2 anos)	FASE 2 (3-4 anos)	FASE 3 (5-6 anos)	FASE 4 (7-8 anos)	FASE 5 (9-10 anos)
4. GESTÃO	<b>4.1 Patrimônio</b>					
	4.1.1 Levantamento e gerenciamento patrimonial	60%	10%	10%	10%	10%
	4.1.2 Coleções biológicas	20%	20%	20%	20%	20%
	4.1.3 Manutenção de infra-estrutura física e equipamentos	20%	20%	20%	20%	20%
	<b>4.2 Pessoas</b>					
	4.2.1 Reorganização interna	25%	25%	25%	25%	
	4.2.2 Captação de colaboradores	20%	20%	20%	20%	20%
	4.2.3 Capacitação e qualificação	20%	20%	20%	20%	20%
	<b>4.3 Processos de trabalho</b>					
	4.3.1 Mapeamento de processos de trabalho	100%				
	4.3.2 Regimentos geral do ICB	100%				
	4.3.3 Regimentos internos	100%				
	4.3.4 ICB em números	20%	20%	20%	20%	20%
<b>4.4 Recursos financeiros</b>	20%	20%	20%	20%	20%	

ORGANIZAÇÃO INICIAL - PLANO DIRETOR		FASE 1 (1-2 anos)	FASE 2 (3-4 anos)	FASE 3 (5-6 anos)	FASE 4 (7-8 anos)	FASE 5 (9-10 anos)
5. AVALIAÇÃO	<b>5.1 Autoavaliação</b>					
	5.1.1 Diagnóstico	25%	25%	25%	25%	
	5.1.2 Ações de auto avaliação		25%	25%	25%	25%
	5.1.3 Meta-avaliação		25%	25%	25%	25%
	<b>5.2 Planejamento estratégico</b>					
	5.2.1 Conexão com o diagnóstico da autoavaliação		25%	25%	25%	25%
5.2.2 Comissão de estudo e elaboração	30%	30%	20%	20%		

## 7. REFERÊNCIAS

ADMINISTRADORES.COM. Diagnóstico organizacional. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/o-que-e-diagnostico-organizacional>. Acesso em 29 jun 2022.

ALBUQUERQUE, M.B.M. Biossegurança, uma visão da história da ciência. Biotecnologia, Ciência & Desenvolvimento, v.3, n.18, p. 42-45, 2001.

BOURNEUF, Maria Alice. A gestão de resíduos no Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Juiz de Fora. 2019. 179p..

BRASIL. ANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Biossegurança. Rev. Saúde Pública, 2005; 39(6)989-91.

\_\_\_\_\_. ANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Segurança e controle de qualidade no laboratório de microbiologia clínica (Módulo II). Brasília: ANVISA, 2004.

\_\_\_\_\_. ANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Conceitos e definições. Disponível em: [http://antigo.anvisa.gov.br/en\\_US/sangue/conceitos-e-definicoes](http://antigo.anvisa.gov.br/en_US/sangue/conceitos-e-definicoes). Acesso em: 10 fev 2022.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. Política Nacional de Resíduos Sólidos. 2a. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012a. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/713>. Acesso em: 10 fev 2022.

\_\_\_\_\_. Comissão Técnica Nacional de Biossegurança. Relatório Anual da CTNBio 2009. Disponível em: <http://www.ctnbio.gov.br/index.php/content/view/14606.html>. Acesso em 20 maio 2022.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 fev 2022.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Brasília, 2006b.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#art107](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#art107). Acesso em: 10 fev 2022.

\_\_\_\_\_. Governo do Distrito Federal. Coordenação de Modernização Institucional. Guia para a elaboração de regimento interno das Secretarias de Estado do Governo do Distrito Federal. Disponível em: <https://www.economia.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/10/Guia-para>

Elabora%C3%A7%C3%A3o-de-Regimento-Interno-2015.pdf. Acesso em: 14 abr 2022.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 02 set. 1981. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm). Acesso em: 10 fev 2022.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política da Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 28 abr. 1999. Disponível em: <http://www.lei.adv.br/9795-99.htm>. Acesso em: 10 fev 2022.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: [www2.camara.leg.br](http://www2.camara.leg.br). Acesso em: 07 jul 2022.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 fev 2022.

\_\_\_\_\_. Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Brasília, 2006a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Formulário do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Disponível em: [http://www2.mec.gov.br/sapiens/Form\\_PDI.htm](http://www2.mec.gov.br/sapiens/Form_PDI.htm). Acesso em: 12 fev 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional. Elaboração do Plano de ação 2019 e avaliação do Plano de ação 2018. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2018/06/Elaboracao-PA-2019-e-Avaliacao-PA-2018-1.pdf>. Acesso em 29 jun 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. Resolução nº 275, de 25 de abril de 2001. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=291>. Acesso em 10 de fev 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. Resolução nº 358, de 29 de abril de 2005. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos serviços de saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 04 mai. 2005. p. 63-65. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=462>. Acesso em: 12 fev 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria normativa nº 03 DE 07 DE MAIO 2010. Disponível em: <http://www.saude.ufu.br/sites/saude.ufu.br/files/Portaria>

Normativa-03.pdf. Acesso em 20 maio 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. ANVISA. RDC nº 33, de 25 de fevereiro de 2003. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Brasília, 2003. Disponível em: [http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucao\\_sanitaria/33.pdf](http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucao_sanitaria/33.pdf). Acesso em: 12 fev 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. ANVISA. RDC nº 222, de 28 mar. 2018. Comentada. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências. Brasília, 11 jun. 2018. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33852/271855/RDC+222+de+Mar%C3%A7o+de+2018+COMENTADA/edd85795-17a2-4e1e-99ac-df6bad1e00ce>. Acesso em: 10 fev 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. ANVISA. RDC nº 306, de 7 dez. 2004. Dispõe sobre o regulamento técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Disponível em: [http://portal.anvisa.gov.br/documents/33880/2568070/res0306\\_07\\_12\\_2004.pdf/95ea\\_c678-d441-4033-a5ab-f0276d56aaa6](http://portal.anvisa.gov.br/documents/33880/2568070/res0306_07_12_2004.pdf/95ea_c678-d441-4033-a5ab-f0276d56aaa6). Acesso em: 10 fev 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Classificação de risco dos Agentes Biológicos. Brasília: Editora MS, 2006a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Diretrizes gerais para o trabalho em contenção com Agentes Biológicos. Brasília: Editora MS, 2006b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Biossegurança em laboratórios biomédicos e de microbiologia. 3.ed. Brasília, 2006c.

CAMPANI, Darci Barnech et al. Gestão ambiental de resíduos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul–UFGRS. In: DE CONTO, Suzana Maria (org.). Gestão de resíduos em universidades. Caxias do Sul: Educs, 2010. p. 87-114.

CIUFFO, L., FIGUEIREDO, F. S., PAPA, R. G. V. .O mapeamento de processos como elemento facilitador no levantamento e elicitação de requisitos do Sistema de Gestão da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/escritoriodeprocessos/wp-content/uploads/sites/50/2019/09/O-mapeamento-de-processos-como-elemento-facilitador-no-levantamento-e-elicita%C3%A7%C3%A3o-de-requisitos-do-Sistema-de-Gest%C3%A3o-da-Universidade-Federal-de-Juiz-de-Fora-v1.8.pdf>. Acesso em 20 abr 2022.

COLAUTO, R. *et al.* Gestão Governamental: Análise SWOT em Estudo Situacional de um Município de Minas Gerais. In: XIV Congresso Brasileiro de Custos. João Pessoa, 2017.

COSTA, M.A.F. Biossegurança: segurança química básica para ambientes biotecnológicos e hospitalares. São Paulo: Ed. Santos, 1996.

DE CONTO, Suzana Maria. Gestão de resíduos em universidades: uma complexa relação que



se estabelece entre heterogeneidade de resíduos, gestão acadêmica e mudanças comportamentais. Gestão de resíduos em universidades, Caxias do Sul, EDUCS, 2010. p. 17-32.

DUTRA, J. S., HIPÓLITO, J. A. M. e S., SILVA, C. M.. Gestão de pessoas por competências: o caso de uma empresa do setor de telecomunicações. Revista de Administração Contemporânea [online]. 2000, v. 4, n. 1, pp. 161-176. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-65552000000100009>. Acesso em: 05 mai 2022.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Boas práticas de laboratório. Disponível em: <http://www.ctaa.embrapa.br/projetos/bplapresentacao.php>. Acesso em: 22 maio 2022.

FIGUEIREDO, F. S. *et al.* Criando Estruturas Organizacionais Orientadas por Processos: o estudo de caso da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas da UFJF . Disponível em: [https://www2.ufjf.br/escritoriodeprocessos/wp-content/uploads/sites/50/2019/09/Criando-Estruturas-Orientadas-por-Processos\\_-o-caso-da-PRGEPE\\_UFJF\\_v.1.2.pdf](https://www2.ufjf.br/escritoriodeprocessos/wp-content/uploads/sites/50/2019/09/Criando-Estruturas-Orientadas-por-Processos_-o-caso-da-PRGEPE_UFJF_v.1.2.pdf). Acesso em: 20 abr 2022.

FIGUEIREDO, F. S. *et al.* Grau de Maturidade em Processos: um estudo da evolução da Gestão por Processos na UFJF. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/escritoriodeprocessos/wp-content/uploads/sites/50/2019/09/Grau-de-Maturidade-em-Processos-um-estudo-da-evolu%C3%A7%C3%A3o-da-Gest%C3%A3o-por-Processos-na-UFJF.pdf>. Acesso em: 20 abr 2022.

GLOBAL FOOTPRINT NETWORK. Disponível em: <https://www.footprintnetwork.org/>. Acesso em 15 fev 2022.

GUPY. Gestão de Pessoas: o que é, principais processos, objetivos e seus pilares. Disponível em: <https://www.gupy.io/blog/gestao-de-pessoas#:~:text=Gest%C3%A3o%20de%20pessoas%20%C3%A9%20um,dos%20colaboradores%20e%20da%20empresa>. Acesso em: 03 abr 2022.

JULIATTO, Dante Luiz; CALVO, Milena Juarez; CARDOSO, Thaianna Elpídio. Gestão integrada de resíduos sólidos para instituições públicas de ensino superior. Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL, Florianópolis, v. 4, n. 3, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3193/319327512010.pdf>. Acesso em: 10 fev 2022.

MASTER VIGILÂNCIA. Página Inicial. Disponível em: <http://www.mastervigilancia.com.br/>. Acesso em: 22 maio 2022.

MULLER, Adriani Maria et al. Um olhar exploratório sobre os resíduos de serviços de saúde para os cursos da área da saúde numa universidade comunitária do Sul do Brasil. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental, UFSM, Santa Maria, v. 17, n. 17, p. 3327-3335, dez. 2013. Disponível em : [https://www.researchgate.net/profile/Elpidio-Nara/publication/274073547\\_Um\\_olhar\\_exploratorio\\_sobre\\_os\\_residuos\\_de\\_servicos\\_de\\_saude\\_para\\_os\\_cursos\\_da\\_area\\_da\\_saude\\_numa\\_universidade\\_comunitaria\\_do\\_Sul\\_do\\_Brasil/links/55146bcd0cf283ee0835e150.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Elpidio-Nara/publication/274073547_Um_olhar_exploratorio_sobre_os_residuos_de_servicos_de_saude_para_os_cursos_da_area_da_saude_numa_universidade_comunitaria_do_Sul_do_Brasil/links/55146bcd0cf283ee0835e150.pdf).

Acesso em 12 fev 2022.

OLIVEIRA, D.P.R.. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia, práticas. 24 ed. 2007, São Paulo: Atlas.

PAULA, V. V. de; NOGUEIRA, G. M.. A importância da área de gestão de pessoas para o sucesso da organização. Disponível em: [https://www.inovarse.org/sites/default/files/T16\\_047.pdf](https://www.inovarse.org/sites/default/files/T16_047.pdf). Acesso em 03 abr 2022.

PONTOTEL. A autoavaliação no trabalho pode trazer uma série de benefícios. Disponível em: <https://www.pontotel.com.br/autoavaliacao/#1>. Acesso em 29 jun 2022.

PORTAL EDUCAÇÃO. Curso de Biossegurança em Laboratório Clínico, Programa de Educação continuada à distância, 2009. Disponível em: [www.portal.educacao.com.br](http://www.portal.educacao.com.br). Acesso em: 22 maio 2022.

SANT'ANA, T. D. *et al.* Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI: um guia de conhecimentos para as Instituições Federais de Ensino .Alfenas: FORPDI, 2017. 130 p. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/plataformafor/documentos/livroforpdi>. Acesso em 29 jun 2022.

SILVA, F.H.A.L. Equipamentos de contenção. In: TEIXEIRA, P.; VALLE, S. (Ed.). Biossegurança: uma abordagem multidisciplinar. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. p.163-189.

TOTVS. Gestão de processos: o que é, etapas e vantagens. Disponível em: <https://www.totvs.com/blog/negocios/gestao-de-processos/>. Acesso em: 14 abr 2022.

UFJF. Universidade Federal de Juiz de Fora. Coordenação de Sustentabilidade. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/proinfra/coordenacao-de-sustentabilidade/>. Acesso em: 10 fev 2022.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal de Juiz de Fora. COOSBE/SIASS. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/progepe/inicial/progepe/cossbe-siass/sobre/>. Acesso em: 20 maio 2022.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal de Juiz de Fora. Coordenação de Vigilância. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/proinfra/forum-de-seguranca/>. Acesso em: 20 maio 2022.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal de Juiz de Fora. Escritório de Processos. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/escritoriodeprocessos/>. Acesso em: 15 abr 2022.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal de Juiz de Fora. Instituto de Ciências Biológicas. Departamentos. Disponível em: <https://www.ufjf.br/icb/departamentos/>. Acesso em: 10 abr 2022.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal de Juiz de Fora. Instituto de Ciências Biológicas. Encontro para

Orientações do Descarte de Resíduos Químicos, 15 jun. 2018j. Disponível em: <http://www.ufjf.br/icb/2018/06/15/encontro-de-orientacao-para-descarte-de-residuos-quimicos/>. Acesso em: 15 fev 2022.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal de Juiz de Fora. Instituto de Ciências Biológicas. Portaria nº 04/1999, de 16 de setembro de 1999b. Constitui a Comissão de Estudos, com vistas a desenvolver estudos sobre a temática de Biossegurança no ICB.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal de Juiz de Fora. Instituto de Ciências Biológicas. Portaria nº 01/2001, de 05 de fevereiro de 2001a. Constitui a Comissão Permanente de Biossegurança do ICB/ UFJF.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal de Juiz de Fora. Instituto de Ciências Biológicas. Portaria nº 03/2018, de 23 de março de 2018. Constitui a Comissão ICB Sustentável. 2018d.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal de Juiz de Fora. Instituto de Ciências Biológicas. Portaria nº 10/2018, de 02 de outubro de 2018. Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente ICB Sustentável e nomeação de seus componentes. 2018e.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal de Juiz de Fora. Instituto de Ciências Biológicas. Relatório do Mapeamento de Processos do ICB. Março a agosto de 2020. 2p.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal de Juiz de Fora. Modelo de Governança de Processos da UFJF. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/escritoriodeprocessos/wp-content/uploads/sites/50/2016/06/Documento-Modelo-de-Governan%C3%A7a-de-Processos-UFJF-v1.1.pdf>. Acesso em: 15 abr 2022.

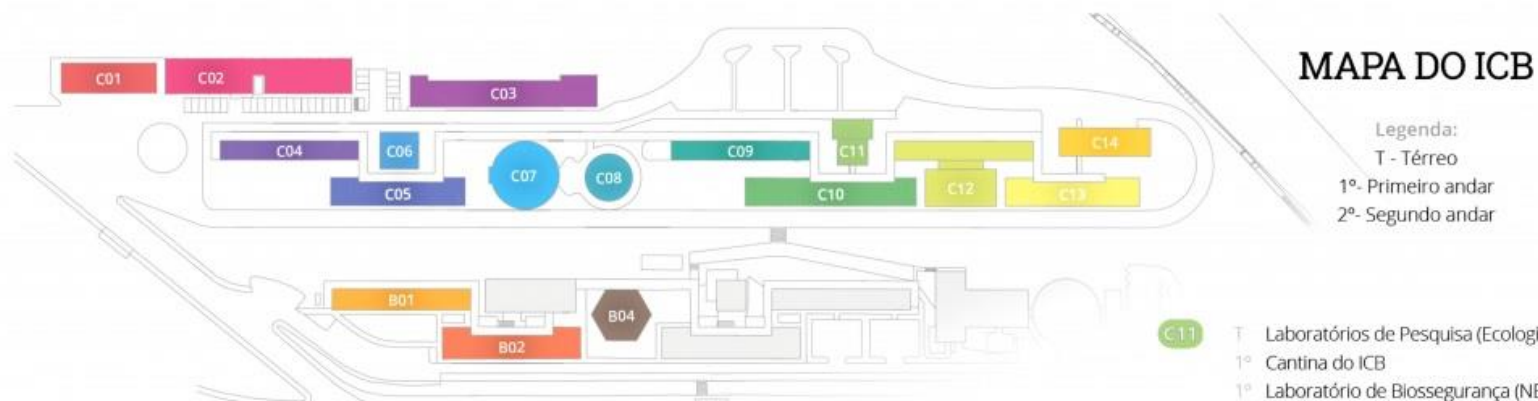
\_\_\_\_\_. Universidade Federal de Juiz de Fora. Núcleo de Planejamento, Inovação e Assistência. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/progepe/inicial/proadi/nupla/>. Acesso em: 02 abr 2022.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal de Juiz de Fora. Núcleo de Qualificação e Desenvolvimento de Pessoas. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/progepe/inicial/proadi/nudep/>. Acesso em: 02 abr 2022.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal de Juiz de Fora. Núcleo de Apoio e Gestão de Carreiras. <https://www2.ufjf.br/progepe/inicial/proadi/nugec/>. Acesso em: 02 abr 2022.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal de Juiz de Fora. Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2020. Juiz de Fora: UFJF, 2015. Disponível em:

## ANEXO



### MAPA DO ICB

Legenda:

T - Térreo

1º - Primeiro andar

2º - Segundo andar

**C01** T PPG Biodiversidade e  
1º Conservação da Natureza

**C02** T Salas de aula C02TE01a a C02TE03a  
T Laboratório de aulas práticas (Nutrição)  
1º Depto. e Coord. de Nutrição  
1º Coord. do Curso de Ciências Biológicas  
1º Laboratório de aulas práticas (Nutrição)  
1º PPG em Ciências Biológicas (PPGCBIO)  
1º Anfiteatro do PPGCBIO (C02P107a)

**C03** T Laboratórios de aulas práticas do Depto de  
Parasitologia, Microbiologia e Imunologia  
T Laboratório de Zoologia  
1º Depto de Zoologia  
2º Depto de Biologia (Setor de Genética)  
2º Depto de Zoologia

**C04** T Herbário e laboratórios de pesquisa (Botânica)  
1º Depto de Botânica  
1º Laboratórios de pesquisa e aula prática  
(Botânica)

**C05** T Laboratórios de Bioquímica  
1º Depto de Bioquímica

**C06** T Anfiteatro C (C06TE01a)  
T Anfiteatro D (C06TE02a)  
1º Secretaria e Direção do ICB

**C07** T Anfiteatro A (C07TE01a)

**C08** T Anfiteatro B (C08TE01a)

**C09** T Laboratórios de Fisiologia e Farmacologia  
T Laboratório Integrado de Pesquisa (LIP)  
1º Depto de Fisiologia  
1º Depto de Farmacologia  
1º Laboratório Integrado de Pesquisa (LIP)

**C10** T Laboratórios de Pesquisa (Micro e Parasito)  
1º Depto de Parasito, Micro e Imuno (DPMI)  
1º PPG em Ecologia (PGECOL)

**C11** T Laboratórios de Pesquisa (Ecologia)  
1º Cantina do ICB  
1º Laboratório de Biossegurança (NB3)

**C12** T Laboratórios de Anatomia  
1º Depto de Anatomia (Entrada pelo Térreo)  
1º Depto de Biologia (Setor de Biologia Celular)  
1º Depto de Biologia (Setor de Ecologia)

**C13** T Laboratórios de aulas práticas do Depto de  
Parasito, Micro e Imuno (DPMI)  
T Laboratórios de Anatomia  
T Sala de aula C13TE05a  
1º Depto de Morfologia

**C14** T Museu e laboratórios de Malacologia  
T Biociclos

**B01** T Salas de aula B01TE02a a B01TE05a  
T D.A de Ciências Biológicas e Nutrição  
1º Salas de aula B01P101a a B01P105a

**B02** T Sala de aula B02TE05a  
T Biblioteca do ICB e Infocentro (B02TE04)  
1º Salas de aulas B02P101a a B02P105a

**B04** T Anfiteatro anexo (B04TE01a)